



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

ROBERT ABBUD DAMASCENO

**INFORMALIDADE URBANA EM SALVADOR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO DOS MORADORES E
MORADORAS DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO**

**SALVADOR
2025**

ROBERT ABBUD DAMASCENO

**INFORMALIDADE URBANA EM SALVADOR: UMA ANÁLISE A
PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO DOS MORADORES E
MORADORAS DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Colegiado de Ensino de Graduação em Serviço Social, do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacqueline Samagaia.

SALVADOR
2025

ROBERT ABBUD DAMASCENO

INFORMALIDADE URBANA EM SALVADOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO DOS MORADORES E MORADORAS DO BAIRRO DE CASTELO BRANCO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ensino de Graduação em Serviço Social do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Salvador, 15 de Julho de 2025

Banca examinadora:

Jacqueline Samagaia – Orientadora _____
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Ana Maria Ferreira Cardoso – Examinadora _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Theo da Rocha Barreto – Examinador _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

AGRADECIMENTOS

Achei que esse dia nunca chegaria! mas também achei que nunca iria entrar em uma universidade pública. A insegurança me acompanhou por todos esses anos, mas eu sempre tentei fingir muito bem, e de alguma forma eu venci, cruzei a linha de chegada, independente da posição.

Gostaria de agradecer imensamente a mim mesmo, acho que não ter desistido de lutar contra as minhas inseguranças me fez chegar até aqui. Me orgulho de tudo que pude fazer, mesmo que não tenha sido perfeito em todas as entregas, escolhas e afins, eu fiz o que estava ao meu alcance.

Agradeço a minha família por não terem desistido de mim. Esse momento é nosso! Me sinto orgulhoso de ser o primeiro de nós a conseguir se formar numa universidade, de ter conseguido ultrapassar as barreiras à nossa frente, sabemos o quanto a vida pode ser difícil... Esse trabalho também fala um pouco sobre a gente. Obrigado a vocês: meus pais, Flávia e Edvaldo, meus irmãos, Flaviane, Fabiane e Hevert, meus sobrinhos lindos Rayssa, Flor, Heitor e Hellena.

Aos meus amigos que conquistei ao longo dessa jornada, e que transcendem os portões da UFBA: Alisson, meu amigo de biblio, o primeiro de todos. Rose e Bubu as maiores parceiras que eu poderia ter! Foi maravilhoso dividir tantos momentos com vocês. À Sheila que sempre esteve comigo, nos apoiamos muito ao longo desta jornada. À Mari por todos os encontros e risadas. À Guilherme por ter me encorajado quando eu não acreditei, você foi essencial, obrigado.

À todas as professoras de Serviço Social que me apresentaram essa profissão tão importante, que contribuíram de alguma forma para a minha formação profissional, por me mostrarem caminhos e possibilidades. À minha professora e supervisora, Jacqueline, pela dedicação e pelo suporte necessário.

Um agradecimento especial aos moradores e moradoras do bairro de Castelo Branco que gentilmente compartilharam seus relatos e contribuíram de forma significativa para a construção desse trabalho.

Por fim, agradeço a todos que não foram citados, mas que ao longo dessa história passaram por mim e fizeram parte da experiência mais louca da minha vida, até agora.

Obrigado!

Damasceno, Robert Abbud. **Informalidade Urbana em Salvador: uma análise a partir das trajetórias de trabalho dos moradores e moradoras do bairro de Castelo Branco.** Monografia (Graduação) – Curso de Serviço Social, Instituto de Psicologia e Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo evidenciar a realidade da moradia informal no bairro de Castelo Branco a partir da trajetória de trabalho de seus moradores. O bairro está localizado na região do “miolo” de Salvador, caracterizada como um importante vetor periférico da cidade. Assim, partiu-se da discussão da forma como as condições de trabalho vivenciadas por estes trabalhadores e trabalhadoras definiram também o local e as condições de suas moradias. Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, foi preciso resgatar o contexto histórico em torno do objeto a partir da coleta de dados e subsídios teóricos. Posteriormente, foca-se na história do bairro de Castelo Branco e nos problemas estruturais herdados pela trajetória de desenvolvimento de Salvador. A pesquisa é de cunho qualitativo, sendo que, para a fase de coleta de dados em campo foi utilizado o instrumento de entrevista, ocorrida em diálogo comprometido com os moradores e moradoras. Tratou-se dos resultados a partir de uma perspectiva histórico-crítica. Dos resultados obtidos, foi constatado que as formas de inserção no trabalho foram todas marcadas por baixos salários, informalidade e desvalorização, resultando na ocupação informal como solução para o acesso à moradia.

Palavras-chave: Informalidade Urbana, Habitação, Trabalho, Salvador, Bairro de Castelo Branco.

Damasceno, Robert Abbud. **Urban Informality in Salvador: an analysis based on the work trajectories of residents of the Castelo Branco neighborhood.** Monograph (Undergraduate) – Social Service Course, Institute of Psychology, Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

The main objective of this study is to highlight the reality of informal residence in the Castelo Branco neighborhood based on the work history of its residents. The neighborhood is located in the “miolo” region of Salvador, characterized as an important peripheral vector of the city. Thus, the study began by discussing how the working conditions experienced by these workers also defined the location and conditions of their housing. In order to achieve the general objective of the research, it was necessary to recover the historical context surrounding the object based on the collection of data and theoretical support. Subsequently, the study focuses on the history of the Castelo Branco neighborhood and the structural problems inherited from Salvador’s development trajectory. The research is qualitative in nature, and the field data collection phase used an interview instrument, which occurred in a committed dialogue with the residents. The results were analyzed from a historical-critical perspective. From the results obtained, it was found that the forms of insertion into work were all marked by difficulties, informality and devaluation, resulting in informal settlements as a solution for access to housing.

Keywords: Urban Informality, Habitation, Work, Salvador, Castelo Branco Neighborhood.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01. Os limites do miolo da cidade de Salvador.....	41
Figura 02. Conjunto Habitacional Cidade Presidente Castelo Branco entre 1969-1971.....	44
Figura 03. Casas que integram a 3 ^a etapa do Conjunto Habitacional Cidade Presidente Castelo Branco entre 1972 - 1974.....	45
Figura 04. Via principal do bairro de Castelo Branco atualmente.....	46
Figura 05. Algumas moradias localizadas às margens do bairro de Castelo Branco atualmente.....	47
Figura 06. Mapa temático do bairro de Castelo Branco definido pela poligonal.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Etapas da construção do Conjunto Habitacional Cidade Presidente Castelo Branco.....	44
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

- BNB** — Banco do Nordeste do Brasil
- BNH** — Banco Nacional de Habitação
- CHESF** — Companhia Hidrelétrica de São Francisco
- CIA** — Centro Industrial de Aratu
- CONDER** — Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador
- CODESAL** — Defesa Civil de Salvador
- COPEC** — Complexo Petroquímico de Camaçari
- CRAS** — Centro de Referência de Assistência Social
- CSU** — Centro Social Urbano Castelo Branco
- EJA** — Educação de Jovens e Adultos
- EPUCS** — Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador
- FACS** — Faculdade de Salvador
- FCP** — Fundação Casa Popular
- FGTS** — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FJP** — Fundação João Pinheiro
- FMLF** — Fundação Mário Leal Ferreira
- URBIS** — Habitação e Urbanização da Bahia S/A
- IBGE** — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IAPS** — Institutos de Aposentadoria e Pensão
- IPEA** — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- OCEPLAN** — Órgão Central de Planejamento
- PAC** — Programa de Aceleração e Crescimento
- PAIH** — Plano de Ação Imediata para a Habitação
- PEC** — Proposta de Emenda Constitucional
- PDDU** — Plano Diretor Urbano de Salvador
- PIB** — Produto Interno Bruto
- PLANDURB** — Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador
- PMCMV** — Programa Minha Casa, Minha Vida
- PNH** — Política Nacional da Habitação
- RLAM** — Refinaria Landulpho Alves em Mataripe
- PAIF** — Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- SEDUR** — Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SFH — Sistema Financeiro de Habitação

SFI — Sistema Financeiro Imobiliário

SNHIS — Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCC — Trabalho de Conclusão de Curso

TICS — Tecnologias da Informação e Comunicações

USF — Unidade de Saúde da Família

UCSAL — Universidade Católica de Salvador

UNEB — Universidade Estadual da Bahia

UFBA — Universidade Federal da Bahia

ZEIS — Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. SOBRE O CAPITALISMO, URBANIZAÇÃO E INFORMALIDADE URBANA.....	16
2.1. SOBRE O CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO.....	16
2.2. SOBRE A INFORMALIDADE URBANA.....	21
2.3. NO CONTEXTO DO BRASIL.....	23
2.3.1. NO CONTEXTO DE SALVADOR.....	31
2.3.2. NO CONTEXTO DO “MIOLO” DE SALVADOR.....	39
3. SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E A INFORMALIDADE URBANA EM CASTELO BRANCO.....	43
3.1. CASTELO BRANCO: DO TRABALHO A INFORMALIDADE URBANA.....	43
3.2. PERFIL DOS MORADORES ENTREVISTADOS.....	50
3.3. TRABALHO E RENDA.....	52
3.4. HABITAÇÃO E MORADIA.....	63
3.5. TRABALHO E MORADIA.....	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICE.....	80

1. INTRODUÇÃO

A história da habitação no Brasil é permeada por imensas contradições, sendo, por isso, pauta fundamental para a compreensão dos aspectos estruturantes das condições de vida dos sujeitos. Essa realidade está atribuída à instauração do capitalismo industrial de forma tardia, tendo a urbanização desigual e segregada das cidades brasileiras como uma de suas principais consequências.

Para o sistema capitalista o tecido urbano tem grande relevância. Isso porque, o solo é condição necessária para a exploração de mão de obra da classe trabalhadora, bem como o estabelecimento da noção da propriedade privada e sua mercadorização, fato que amplia as desigualdades e impossibilita o trabalhador e trabalhadora a acessarem os espaços urbanizados. Diante disso, não podemos pensar a questão urbana e habitacional independente dos processos socioeconômicos e políticos da nossa sociedade, ao mesmo tempo em que é preciso captar suas contradições típicas (Kowarick, 1979).

Na lógica do capitalismo as condições de habitabilidade são definidas pela capacidade material de subsistência dos sujeitos, resultado da venda da força de trabalho mediante a baixos salários, dificultando o acesso da maior parte desta classe ao solo favorável à moradia. Dessa forma, essa população é empurrada para as margens dos grandes centros, onde é condicionada a vivenciar a cidade a partir de uma realidade desigual, buscando moradia nas “favelas, casas precárias e cortiços [...] cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários” (Kowarick, 1979, p.41).

É sob essa circunstância que o fenômeno da informalidade urbana se desenvolve nas periferias¹ do país, sendo esta “a ‘solução’ que o desenvolvimento urbano, no Brasil, ofereceu para grande parte dos moradores das grandes cidades” (Maricato, 2003, p.80). A definição da informalidade urbana se dá sob a perspectiva da moradia ilegal ou irregular, isto é, casas construídas ou ocupadas sem o aparato legal que prevê a segurança de posse sobre o imóvel. As moradias informais são formadas via ocupações, tais como: favelas, cortiços e o uso “indevido” do solo. Geralmente são autoconstruções, sem qualquer orientação técnica para tal, somando-se a isso o fato de muitas das ocupações estarem localizadas em áreas de risco geológico e ambiental, comum em diversas regiões do país.

Perante o exposto é importante pensar a origem desse fenômeno a partir da essência da desigualdade que é marca do capitalismo e constitui a questão social. Ocorre quando o

¹ A periferia “constitui-se em aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, habitação e outros, onde passa a residir crescente quantidade de mão-de-obra necessária para girar a maquinaria econômica” (Kowarick, 1979, p.31).

processo de industrialização iniciado na Inglaterra provoca uma enorme revolução econômica, modificando por completo as relações de trabalho e as relações sociais. Nesse contexto as fábricas atuavam a partir de um único objetivo: o lucro. Para tal, utilizou-se da exploração da mão de obra da classe trabalhadora, submetendo-os a condições degradantes de trabalho e à negação de direitos fundamentais. Nesse sentido, ao passo em que o capitalismo avançava, crescia também um fenômeno conhecido como pauperismo, que diz respeito ao aprofundamento da pobreza nas camadas menos favorecidas da população, isto é, a classe trabalhadora. Diante desse cenário, “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (Netto, 2001, p.42).

É a partir da mobilização dos trabalhadores em busca de direitos sociais, trabalhistas e melhores condições de vida, que Estado e burguesia responderam reconhecendo a questão social passando a atuar em torno das mazelas produzidas. No entanto, a atuação diante das refrações da questão social se deu de forma paliativa, isentando o modo de produção do capital como principal responsável pela desigualdade social crescente.

Ao longo de sua vigência, o capitalismo tem utilizado diferentes estratégias para a sua manutenção, ele é “dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos” (Harvey, 2005, p.43). Assim, não mede esforços para alcançar seu objetivo principal: extração da mais-valia² a partir do trabalho excedente. Esta é sua condição básica, a qual estamos submetidos.

Atualmente vivenciamos uma “nova” faceta desse sistema com a instauração do ideal neoliberal que surge como mais um desdobramento do capitalismo no cenário contemporâneo. No mundo do trabalho o neoliberalismo se caracteriza, principalmente, pelo avanço tecnológico a partir da ampliação das Tecnologias da Informação e Comunicações (TICs), acarretando na diminuição de postos de trabalho, flexibilização do trabalho, baixos salários, perda de direitos sociais e trabalhistas, desemprego e a desmobilização da classe trabalhadora.

A presença da precarização do trabalho é central dentro da relação capital x trabalho. A precarização está associada à forma como o capitalismo vem se movimentando, desde a fase industrial até a instauração do neoliberalismo e a reestruturação produtiva, assumindo novas formas de opressão e exploração pelo trabalho. A esse respeito Druck (2011, p.26)

² A mais-valia ou mais valor é o lucro do trabalho excedente. Trabalho não pago e apropriado pela classe capitalista.

compreende que “[...] a flexibilização e precarização do trabalho se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações”.

No que tange a experiência da industrialização no Brasil, esta se deu de forma particular, principalmente pelo fato de se desenvolver como país essencialmente agrícola e ter mantido esse posto por um longo período, fato que dificultou o avanço de sua industrialização e modernização. É a partir do século XVIII que a urbanização no Brasil começou a se desenvolver, havendo uma expressiva adesão do agricultor às grandes áreas urbanizadas, tornando mais evidente sua participação na cidade. Mas é apenas no século XX que a industrialização no país passa a se consolidar como uma nova forma de pensar a produção econômica, impactando de fato nas formas de consumo dos indivíduos.

Em paralelo a isso, a urbanização brasileira também deu um salto importante, quando o desenvolvimento de grandes centros, cidades e metrópoles colaborou para o crescimento populacional tornando o solo urbano cada vez mais cheio, denso em população. Em contrapartida, há um excedente empobrecido aglomerado nesses espaços, fazendo das grandes cidades “[...] o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas” (Santos, 1993, p.9-10).

A resposta do Estado para esta problemática, em primeiro momento se deu a partir de um processo higienista, com a finalidade de afastar a classe trabalhadora dos centros urbanos para as periferias crescentes. Foram realizadas obras voltadas para o saneamento básico buscando eliminar as epidemias, além de promover mudanças estruturais e estéticas nas grandes cidades.

Na cidade de Salvador não foi diferente. Seu desenvolvimento foi marcado por anos de estagnação econômica com suscetíveis tentativas de alavancar sua economia. A perda da centralidade enquanto capital brasileira em 1763, foi fator fundamental para o seu lento desenvolvimento, local propício para o aceleramento da urbanização desigual.

Salvador é considerada uma das cidades mais antigas do Brasil, fundada em 1549 a partir do processo de colonização portuguesa, encontra-se atualmente no estado da Bahia, na região nordeste do país. Durante quase três séculos a cidade foi considerada a capital brasileira, destacando-se na produção agrícola e portuária. Essa realidade se modifica quando a descoberta do ouro e diamante em Minas Gerais e no centro-sul da Bahia influenciam para que a coroa portuguesa modifique a capital do país para o Rio de Janeiro, no ano de 1763, sob a condição de evitar o tráfico dos minerais, para desta forma concentrar as exportações para mais próximo da área de produção (Andrade; Brandão, 2009).

A partir disso, Salvador passou por um longo período de estagnação econômica. A agricultura e o movimento portuário do Recôncavo Baiano foram por muito tempo responsáveis por manter a economia da cidade ativa, ainda que de forma limitada, já que o retorno monetário da produção de cacau, açúcar e fumo não foram suficientes para acelerar o desenvolvimento industrial e urbano da capital baiana.

A Bahia só viu essa situação mudar a partir dos anos de 1950, com a descoberta e extração de petróleo, a qual propiciou a chegada da Petrobras para o Estado, resultando na construção da Refinaria Landulpho Alves em Mataripe (RLAM), responsável pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) industrial da região naquele período. Além disso, possibilitou a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Nesse período a capital baiana começa a vislumbrar o início de sua urbanização sob uma perspectiva mais moderna demandada pelo capitalismo industrial e pelas grandes metrópoles. Assim, a cidade passou a construir importantes estradas e rodovias, contando com a chegada do transporte aéreo, sendo tudo isso favorável para o seu desenvolvimento (Almeida, P. H. 2008).

Posteriormente, com o crescimento populacional surgem as pequenas indústrias urbanas em diferentes setores, como os comércios varejistas, serviços financeiros, entretenimento e a criação de importantes universidades e faculdades. Além disso, os investimentos no ramo do turismo tornaram a Bahia uma região importante para o setor turístico, tornando-se uma das principais fontes de renda da capital, principalmente a partir dos anos 1990.

Com o processo de reestruturação produtiva, a economia internacional e nacional passaram por uma drástica mudança no modo de produção. A chamada acumulação flexível, com caráter neoliberal, já adotado por forças internacionais na década de 1980, ganhou força no Brasil por volta dos anos 1990, tendo como principais características a privatização de estatais, desregulamentação das leis trabalhistas, o avanço da tecnologia e diminuição de postos de trabalho, precarização das relações de trabalho, baixos salários e um enorme desemprego.

Face a constituição da cidade de Salvador, o crescimento populacional e o empobrecimento da classe trabalhadora, houve uma enorme concentração de moradias informais, sendo que a maior parte delas estão localizadas no Subúrbio Ferroviário e no “Miolo”, “onde se reproduz o chamado ‘padrão periférico’ de expansão urbana” (Salvador, 2008).

São muitas as comunidades periféricas da então capital baiana, que surgiram em decorrência das condições de vida impostas à classe trabalhadora local. Neste estudo daremos destaque ao bairro de Castelo Branco, localizado no chamado “miolo”, importante vetor periférico que iniciou sua expansão na década de 1970 e até a atualidade é responsável por abarcar uma grande parcela da população soteropolitana que vivem sob condições precárias, especialmente no que diz respeito à moradia.

É nessa localidade que está situado o bairro de Castelo Branco, que nasce de uma proposta inicial de construção de habitações planejadas, realizada pela Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS). A URBIS é um órgão criado a partir do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com o objetivo de localizar espaços viáveis para a construção de habitações populares no Estado da Bahia.

O Conjunto Habitacional Cidade Presidente Castelo Branco³ inicialmente serviria de moradia para os funcionários públicos, no entanto, o avanço da obra não obteve êxito, isto porque a URBIS enfrentou uma crise financeira que impossibilitou a conclusão das obras e consequentemente a entrega de boa parte das moradias.

A partir dessa condição urbana peculiar, embora tenha similaridade com muitas partes do país, duas questões propiciaram a formulação do objeto deste estudo: Existe uma relação direta entre as condições de trabalho e da moradia? A condição de trabalho e renda expressa a realidade da informalidade urbana na vida dos moradores do bairro de Castelo Branco?

Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa foi **analisar a relação existente entre as trajetórias de trabalho dos moradores (as) do bairro de Castelo Branco e a situação da informalidade urbana, destacando de que forma as condições de trabalho contribuíram para o processo de ocupação informal desta localidade.** Os objetivos específicos estão organizados da seguinte forma: investigar a origem do bairro de Castelo Branco e o seu processo de ocupação; conhecer a trajetória de trabalho dos moradores do bairro que residem em moradia informal; bem como as condições de moradia de seus habitantes; e identificar e analisar a relação entre as trajetórias de trabalho e as condições de moradia destes moradores.

Frente às diversas camadas que permeiam esse objeto, é substancial elencar os fatores que influenciaram a sua escolha. A primeira aproximação com a temática se dá pelo fato do pesquisador ser morador do bairro de Castelo Branco, residir em uma moradia informal e conhecer de perto esta realidade. Soma-se o fato da dificuldade de encontrar vastas produções

³ Nome do bairro no período da construção do conjunto habitacional que homenageia o ex-presidente da república Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967).

acadêmicas ou documentais a respeito do bairro e seu processo de ocupação. Além disso, após estagiar na Defesa Civil de Salvador (CODESAL) lidando diretamente com famílias que vivem em áreas de risco geológico e ambiental, foi possível ter contato com diferentes experiências relacionadas à informalidade urbana presente na cidade de Salvador. Posteriormente, após cursar a disciplina Pesquisa e Serviço Social II - IPSB92⁴, elaboramos um projeto de pesquisa com o seguinte título: “precarização do trabalho e informalidade urbana em Salvador: impactos no bairro de Castelo Branco e sua contribuição para o processo de ocupação desta localidade”. A escrita desse projeto deu bases para a escolha do objeto e o desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

No que se refere ao percurso metodológico, esta pesquisa contou com uma abordagem qualitativa, muito comum nas pesquisas sociais, visto que compreende as particularidades gerais dos sujeitos e situações. De acordo com Minayo (2016, p.20) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa dentro das ciências sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” Neste sentido, a pesquisa possui caráter explicativo tendo em vista o objeto e os objetivos propostos. Este é o tipo de pesquisa que tem como centralidade identificar os motivos que colaboram para o acontecimento dos fenômenos, por isso, ela aprofunda o conhecimento da realidade e explica a razão, o porquê das coisas (Gil, 2008, p.28). Nesta perspectiva, a fase de coleta de dados consistiu em duas etapas. No primeiro momento foi feita uma busca bibliográfica, deparando-se com a escassez de registros históricos de fácil acesso sobre a localidade de Castelo Branco. Posteriormente, foi realizado o trabalho de campo através de entrevistas com moradores do bairro a fim de extrair os relatos dos sujeitos inseridos nessa realidade.

A coleta de dados via procedimento bibliográfico “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados” (Severino, 2007, p.122). Nesse sentido, o referencial teórico abordado ao longo deste trabalho parte de formulações anteriores, garantindo maior apreensão do objeto estudado, dando bases às argumentações aqui defendidas.

Para a segunda fase de coleta de dados foi utilizado a entrevista por pautas como instrumento, sendo esta uma técnica que “apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu

⁴ Componente curricular obrigatório do curso de graduação em Serviço Social da UFBA.

curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si” (Gil, 2008, p.112). Os sujeitos entrevistados foram os moradores do bairro de Castelo Branco, tendo em vista sua importância enquanto participantes da realidade investigada, a partir de seus relatos e vivências que propiciaram maior aproximação com o objeto, garantindo as respostas necessárias para os questionamentos levantados ao longo da pesquisa.

Assim sendo, após a coleta de dados partimos para a análise dos resultados alcançados. Para melhor entendimento, os resultados foram interpretados a partir da perspectiva do método materialista histórico dialético. A dialética confere uma ampla compreensão da realidade através de uma interpretação totalizante, ressaltando que os fatos sociais não podem ser apreendidos isoladamente (Gil, 2008). Deste modo, busca-se tratar os dados a partir de uma dimensão histórica dos processos sociais.

Posto isso, o trabalho está organizado em duas partes: a primeira pretende fazer um resgate sócio-histórico, passando pela origem, impactos e contradições pertencentes ao modo de produção capitalista, focalizando nos rebatimentos de suas ações para o processo de urbanização e fomento a informalidade urbana com foco no Brasil e posteriormente na cidade de Salvador, desembocando no “miolo” da cidade, local de maior concentração periférica e onde encontra-se o bairro de Castelo Branco.

A segunda parte procurou resgatar a história do bairro de Castelo Branco a partir da realidade de Salvador, compreendendo de que forma a industrialização e urbanização da cidade colaboraram para o surgimento do bairro e contribuíram para o processo de ocupação da localidade. Este processo será evidenciado através das trajetórias de trabalho dos moradores do bairro diante dos resultados alcançados na fase de pesquisa de campo, que se deram a partir das entrevistas com moradores do bairro de Castelo Branco elencando os seguintes tópicos: o perfil dos moradores, trabalho e renda, habitação e moradia e trabalho e moradia.

Como principais resultados, constatou-se que para a maioria dos entrevistados as trajetórias de trabalho foram marcadas por trabalhos desvalorizados socialmente, realizados de maneira informal e mediados por salários que não correspondem às suas necessidades reais. Em relação a moradia, todos (as) relataram que o acesso se deu via ocupação irregular do espaço urbano, sendo esta a solução encontrada para morar, dada a insuficiência material e social para alcançar melhores condições de habitação.

2. SOBRE O CAPITALISMO, URBANIZAÇÃO E INFORMALIDADE URBANA

O primeiro capítulo deste trabalho tem por objetivo contextualizar, discutir e apreender sobre os principais conceitos em torno do objeto da pesquisa. Desse modo, o capítulo abordou as seguintes temáticas: discussão do capitalismo como sistema promotor das desigualdades sociais e do fomento à urbanização desigual; o conceito da informalidade urbana e sua inserção na dinâmica capitalista e sua repercussão na realidade social; posteriormente, a discussão concentrou-se no contexto brasileiro, caracterizando o território, bem como a atuação capitalista e às suas implicações no espaço urbano; Por último, pretende-se pensar a cidade de Salvador e sua formação urbana e econômica, e a periferização de grande parte da sua população trabalhadora; de maneira micro, a problemática será observada sob a perspectiva do “miolo”, localidade periférica de Salvador onde, por fim, encontra-se o bairro de Castelo Branco.

2.1. SOBRE O CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO

Para tratar a realidade social em sua complexidade é necessário resgatar seus processos históricos, levando em consideração as camadas que constituem os fatos, a história e seu movimento contínuo no espaço e no tempo, observando seus impactos no mundo contemporâneo. Nesse sentido, a dialética marxista⁵ nos possibilita pensar o real através da análise crítica de sua estrutura por meio das configurações das relações produtivas da atual ordem econômica. Portanto, não é possível pensar a amplitude da realidade concreta, sem levar em consideração a ação do modo de produção capitalista e analisar de que forma este se insere na dinâmica do cotidiano e determina as formas de ser, agir e pensar, impactando diretamente na vida da classe trabalhadora.

A teoria social formulada por Karl Marx em seu livro “O Capital” (1867), tornou-se uma importante ferramenta para a compreensão do mecanismo de funcionamento do capitalismo. O filósofo descreve importantes conceitos e categorias que possibilitaram a análise da estrutura social sob uma perspectiva crítica dos fundamentos socioeconômicos próprios do modo de produção capitalista.

Ao tratar sobre o modo de produção capitalista é importante concluir que a dominação e expropriação de terras está na gênese desse sistema. O período denominado de “acumulação

⁵ Método de análise da realidade desenvolvido por Karl Marx, que compreende a organização da evolução humana a partir do materialismo histórico.

“primitiva” deu início, de forma mais evidente, ao que mais tarde se firmaria como a nova forma de produção econômica no mundo, abandonando as práticas feudais.

Diferentemente das razões que guiaram a trajetória do feudalismo, o capitalismo tomou para si a ideia da propriedade privada, da monopolização de terras e dos meios de produção e acúmulo de riquezas. Para que isso ocorresse, a mediação necessária entre trabalho e salário tornou-se fundamental para o funcionamento dessa forma de desenvolvimento econômico. É a partir da tensão entre capital x trabalho, que a dinâmica social se reconfigura assumindo uma nova forma.

O período da acumulação primitiva promoveu a expropriação das mais diversas maneiras, a exemplo da compra e venda de homens e mulheres escravizados oriundos da África, tomada de igrejas e colônias. Entretanto, a forma mais utilizada foi a tomada das terras e bens dos trabalhadores do campo, que antes produziam e vendiam seus bens, conseguindo manter a sua subsistência. Agora, com a ausência de suas terras, esse enorme quantitativo de pessoas, como forma de sobrevivência, submete-se à dinâmica econômica do capitalismo, concedendo sua mão de obra nas indústrias em troca de determinado salário.

Em resumo, nas palavras de Marx (2013, p. 963/1493),

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas.

A modernização trouxe mudanças significativas ao capitalismo, como a ampliação das indústrias e a implementação de novas tecnologias, as quais propiciaram o avanço do maquinário e formas de organização dos processos de trabalho, como a utilização do método taylorista e fordista de produção. A especialização das atividades laborais se complexifica, tornando o processo de trabalho cada vez mais alienante, categoria utilizada por Marx para denominar a participação do trabalhador em apenas uma parte da criação da mercadoria. Por exemplo, enquanto antes o trabalhador agricultor plantava, colhia, vendia e se alimentava, participando de todo o processo produtivo, agora ele é parte de uma das etapas de produção, afastando-se do bem produzido e alienando-se de todo o resto da produção.

Portanto, a compra e venda de mão de obra, e submissão da classe trabalhadora a essa dinâmica são fatores fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. A esse respeito

Netto e Braz (2006, p.86) afirmam:

O surgimento do capitalismo implica uma produção mercantil simples, bastante ampla, o que envolve intensas atividades comerciais, com uma generalizada utilização de dinheiro como meio de troca. Mas tais condições, necessárias, não são suficientes para que surja e se desenvolva o modo de produção capitalista, é preciso que se confrontam homens que dispõem de recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e homens que só dispõem da sua força de trabalho como a única mercadoria que têm para vender.

O trabalho que antes promovia a valorização da vida individualmente, agora tem como foco a supervalorização do lucro para benefício dos detentores dos meios de produção. Dessa maneira, as condições de trabalho não se tornaram uma preocupação para o capitalismo, bem como os baixos salários e a pobreza. Ao contrário, os trabalhadores passam a ser compreendidos como as máquinas, ou seja, se constituem em parte do processo da linha de produção, sendo a mão de obra tida como uma mercadoria.

Soma-se a isso a extração da mais-valia, referente às horas excedentes de trabalho, apropriada pelos detentores dos meios de produção como fonte de lucro. Nessa lógica, mediado pelos baixos salários, o trabalhador não recebe o suficiente para usufruir dos bens produzidos pela sua força de trabalho. Todo esse processo exploratório e alienante provocou uma enorme disparidade social, aprofundada com a constante busca de lucros, própria da lógica deste sistema, pela concentração de riquezas e, por consequência, o empobrecimento da classe trabalhadora.

O aumento da pobreza atingiu níveis alarmantes, exigindo da classe trabalhadora uma maior organização na luta pela busca de direitos e melhor condição de vida. É nesse momento da história que o Estado se movimenta na tentativa de responder às demandas, inicialmente atuando de forma paliativa, isentando as indústrias e a si mesmo de qualquer responsabilidade em torno da produção e reprodução das desigualdades sociais emergentes.

Iamamoto e Carvalho (2014) definem esse processo como um marco fundamental para o estabelecimento do conceito de “questão social”, pois, é quando a classe trabalhadora assume o protagonismo na luta por direitos sociais e trabalhistas, entrando de forma mais potente no cenário político e econômico na busca por direitos e reconhecimento enquanto classe.

Ainda de acordo com Iamamoto (2001, p.19-17), a questão social está associada

ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade

humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do "trabalhador livre", que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa portanto disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatisadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Portanto, as expressões da questão social não devem ser limitadas às desigualdades de classe, já que as outras formas de opressões e preconceitos também estão inseridas no contexto do capital. A esse respeito, Garcia (2009, p.109) chama atenção para a importância da articulação raça-classe-gênero pensando de que forma a perpetuação dessas formas de dominação vem sendo reforçadas pela dinâmica capitalista, assim,

[...] embora a dominação baseada na raça e no gênero não tenha a sua gênese no capitalismo, este passa a se sustentar e a se retroalimentar através da segregação sócio-racial de vários tipos. A tríade dominação masculina, dominação de raça e dominação de classe, mesmo sendo anterior ao capitalismo, torna-se um dos pilares da sociedade moderna, recriando modos de dominação que precisam ser considerados e enfrentados em suas reais dimensões.

Nesse sentido, os grupos pertencentes a esses recortes sociais constituem a população marginal da sociedade, ou seja, que se coloca à margem, por exemplo, da dinâmica de exclusão do acesso ao espaço urbano de maneira igualitária. A apropriação do solo fomenta a desigualdade habitacional, impactando de maneira significativa as camadas menos favorecidas, em especial aos homens e mulheres negras que também fazem parte da classe trabalhadora.

O avanço capitalista moldou a forma como o espaço urbano se desenvolveu ao longo do tempo. A significativa importância do solo para a ampliação das formas de exploração do trabalho deve ser levada em consideração, entendendo que é nele que ocorrem as dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, o próprio espaço urbano é constituído por estas dinâmicas, e é sob esses pilares que a sociabilidade humana acontece.

Dessa maneira, Kowarick (1979, p.9) ao demarcar o lugar das cidades no contexto do capitalismo, afirma que:

A cidade é também, e sobretudo, a morfologia petrificada de uma forma de divisão social do trabalho que separa o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os expropriadores. É, portanto, teia viva de relações sociais e, no caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica.

Para a classe trabalhadora, a questão habitacional no contexto capitalista já nasce com

caráter desigual, condição imposta pelo processo de produção industrial. Assim, quando retirados de seus locais de origem, por meio da expropriação, são remanejados para as “vilas operárias”, as quais tratam-se de conjuntos habitacionais de qualidade precária, criados pelos donos dos meios de produção, a fim de manter os trabalhadores o mais próximo possível dos postos de trabalho.

A noção de propriedade privada impõe, para além do estabelecimento dos meios de produção, a comercialização do solo e a limitação do acesso àqueles que auferem menores rendas. Nesse sentido, a apropriação do espaço urbano para moradias promoveu uma enorme desigualdade nas formas de acesso, já que grande parte da população trabalhadora, claramente não obteve os meios necessários para adquirir os melhores espaços nos centros urbanos dotados de uma enorme infraestrutura e aparato social.

Os grandes centros se desenvolveram plenamente, com os mais diversos aparatos sociais e comerciais, comportando especificamente as necessidades daquelas classes mais abastadas. As construções das moradias, os aspectos estruturais e paisagísticos destoavam e destoam cada vez mais, dado o acirramento da desigualdade, em comparação com as áreas ocupadas pelos mais pobres.

Apesar da grande influência do capitalismo no mundo, alguns países viveram a experiência do capitalismo industrial tardivamente, acarretando em uma diferenciação na forma de inserção na dinâmica econômica, marcada pelo seu desenvolvimento social e urbano. A América Latina é um exemplo claro do modelo capitalista tardio e periférico. Historicamente os países que compõem esta região concentram os níveis mais elevados de pobreza, decorrente dos tipos de trabalho ofertados, dos baixos salários pagos, e da baixa condição econômica de sua população.

Portanto, para esses países a instauração capitalista impõe um processo de urbanização desigual para grande parte da classe trabalhadora, resultado da sua característica exploratória e excludente, que atinge de maneira mais significativa a periferia da América Latina. Nesse sentido, o problema habitacional caracterizado pela precariedade das moradias deve ser compreendida enquanto uma das expressões da questão social, já que é fruto dos impactos produzidos pelo modo de produção capitalista, na forma desigual de distribuição de riquezas.

Assim, a precariedade habitacional que se perpetua nas periferias urbanas, se apresenta a partir de diferentes conceitos, como é o caso do termo “informalidade urbana”, utilizado neste trabalho para designar moradias precarizadas que constituem a realidade de grande parte da classe trabalhadora. Por isso, a próxima seção destaca de maneira clara a discussão conceitual de moradias precárias e as repercussões desse fenômeno no contexto capitalista.

2.2. SOBRE A INFORMALIDADE URBANA

A informalidade urbana é um dos termos utilizados para designar moradias obtidas via ocupação irregular, ou seja, sem qualquer aparato legal ou jurídico que garanta a regularização e legalização do uso do solo. Geralmente estas moradias são construídas sob locais precários, sem suporte construtivo indicado, muito comum nas periferias brasileiras.

Nesse sentido, ao se aprofundar na raiz desta problemática constatamos que esta tem relação direta com modo de ser capitalista, na forma do uso do solo e do fomento à segregação residencial. À vista disso, comprehende-se que a atuação do modo de produção do capital no espaço urbano é responsável por propagar transformações decisivas no campo da moradia e na sua forma de acesso.

Outro termo que pode ser associado à informalidade urbana é a expressão “assentamentos precários” que também é utilizado para definir a situação da precariedade habitacional de áreas urbanas inadequadas, onde encontra-se a maior parte da população de baixa renda. Essa é a definição adotada pela Política Nacional de Habitação (PNH) quando destaca que os assentamentos precários podem apresentar diferentes dimensões e tipologias, mas obtêm características em comum, quais sejam:

O fato de serem áreas predominantemente residenciais, habitadas por famílias de baixa renda; A precariedade das condições de moradia, caracterizada por inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento excessivo, insalubridade e deficiências construtivas da unidade habitacional; A origem histórica, relacionada às diversas estratégias utilizadas pela população de baixa renda para viabilizar, de modo autônomo, solução para suas necessidades habitacionais, diante da insuficiência e inadequação das iniciativas estatais dirigidas à questão, bem como da incompatibilidade entre o nível de renda da maioria dos trabalhadores e o preço das unidades residenciais produzidas pelo mercado imobiliário formal (Brasil, 2010, p. 9).

Para maior compreensão do fenômeno da informalidade urbana, Oliveira (2017, p.18) destaca que este é o termo utilizado para designar

[...] ocupação ilegal e irregular, invasão, favela, aglomerados subnormais, loteamentos irregulares. Trata-se de um processo fruto de ocupação espontânea e desordenada do solo urbano e rural sem observância aos marcos legais, urbanísticos e jurídicos vigentes, além de ser produto da ação, ou da falta de ação, do Poder Público em agir de forma preventiva para promover a ocupação ordenada do espaço urbano com a implementação de políticas públicas habitacionais e políticas de direito ao acesso à cidade e à moradia.

Como já salientado ao longo deste trabalho, o fenômeno da moradia informal não deve ser observado apenas como a ausência de políticas. Mas também, principalmente, como consequência da ação capitalista e sua forma de apropriação do espaço urbano, compreendendo que a utilização do solo sob a perspectiva mercadológica é um dos motores para a manutenção das desigualdades sociais. Nesse sentido, Fernandes (2011, p.4) reforça que a informalidade urbana é o resultado “[...] das práticas excludentes que contribuíram para as condições históricas desiguais de crescimento econômico e de distribuição da riqueza”.

As moradias informais geralmente se dão via autoconstrução, sendo esta uma das soluções encontradas para o enfrentamento da necessidade à moradia. Assim, a possibilidade de autoconstruir contribui como uma das justificativas para os salários mal pagos à classe trabalhadora, já que “eliminando-se dos custos de sobrevivência da força de trabalho um item importante como a moradia, os salários limitam-se a cobrir os demais gastos essenciais, como o transporte e a alimentação dos trabalhadores” (Kowarick, p.41).

Nesta direção, Fernandes (2011, p.2) apresenta importante reflexão, ao afirmar que

A informalidade é atribuída a muitas causas, incluindo baixos níveis de renda, planejamento urbano impraticável, falta de terrenos com fornecimento de serviços de rede pública e habitações de cunho sociais, e um sistema jurídico deficiente. Ela gera custos muito altos para os residentes, incluindo a insegurança da posse, a falta de serviços públicos, a discriminação por terceiros, perigos ambientais e para a saúde, e desigualdade de direitos civis.

Para Maricato (2003, p.82) “a essência das ocupações ilegais e da produção dessa cidade informal está na ausência de uma política pública que abranja a ampliação do mercado legal privado (em outras palavras, é preciso baratear o produto) [...]”. À vista disso, entende-se que os altos preços colocados na propriedade privada da terra colaboram para a dificuldade de acesso ao solo legalizado para a classe trabalhadora menos favorecida.

Assim, além de vivenciar a situação de precarização do trabalho, a classe trabalhadora deve lidar com as dificuldades e os estigmas culturais atrelados à situação de informalidade urbana que representa a condição de moradia de grande parte dessa população. Portanto, o acesso à moradia pela via da ocupação irregular “acaba se consolidando como um valor, um modo de vida, uma cultura, um *modus operandis*, uma forma de se reagir a determinadas situações estruturais e conjunturais postas e que vai se reproduzindo e se transmitindo ao longo de gerações [...]” (Barreto, 2014, p.366).

Na América Latina a informalidade urbana constitui uma imensa parte do tecido residencial e urbano, o número de moradias nessas condições é tão grande que se torna difícil quantificar de forma precisa. Fernandes (2011, p.12) destaca que

Na América Latina, o assentamento informal tem sido uma característica emblemática do rápido crescimento urbano, pois milhões de pessoas obtiveram acesso a terras urbanas e à moradia principalmente por meio de mecanismos informais. Mas quantificar com precisão a informalidade continua a ser um desafio. As informações e os dados em todos os níveis, do global ao local, tendem a ser fragmentados, imprecisos e, muitas vezes, questionáveis

De acordo com o Observatório das Metrópoles (2021)⁶,

[...] A informalidade é, via de regra, parte das periferias das cidades latino-americanas. Suas estruturas espaciais apresentam complexidade elevada em termos de forma urbana, de forma que, não raramente, são relegadas à segundo plano pelo planejamento local, sobretudo pelas dificuldades em incorporá-las nos planos de desenvolvimento urbano tradicionais, sejam estes setoriais ou integrais.

No caso do Brasil, a informalidade urbana se espalhou rapidamente, assim como em toda América Latina, sendo resultado de uma trajetória marcada pelas crescentes disparidades sociais e econômicas engendradas na gênese do país. Portanto, a próxima seção evidenciará a forma como a realidade brasileira se constitui, levando em consideração os impactos do seu desenvolvimento econômico, social e político.

2.3. NO CONTEXTO DO BRASIL

Ao longo dos séculos, a economia brasileira apoiou-se no trabalho agrícola como principal fonte de lucro, tornando-se referência no campo da exportação de café, na produção de cana-de-açúcar e, por um curto período, se dedicou à mineração. Como consequência a industrialização e urbanização do país ocorreram tardiamente, criando-se um perfil incomum no Brasil, de um espaço ainda colonizado e totalmente dependente da produção agrícola.

A instauração da dinâmica do capitalismo industrial exigiu do mundo o rompimento com as práticas escravagistas. O continente europeu deu fim a escravidão ainda no início do século XIX, em meio a primeira revolução industrial. A Inglaterra se destaca por ter iniciado esta revolução, sendo o país que ocorreu a implementação das primeiras indústrias, do trabalho automatizado e as primeiras iniciativas da classe trabalhadora na luta por melhorias no trabalho e direitos fundamentais. Ainda que de forma gradativa, o capitalismo industrial estabilizou-se por toda a região europeia, posteriormente se estabelecendo no resto do mundo.

⁶ Observatório Das Metrópoles. Revista Urbe: Informalidade em áreas urbanas periféricas. Disponível em: [Revista urbe | Informalidade em áreas urbanas periféricas - Observatório das Metrópoles](http://Revista_urbe | Informalidade em áreas urbanas periféricas - Observatório das Metrópoles). Acesso em: 09 de abril de 2025.

Já no caso da América Latina, historicamente os países que compõem essa região constituem o grupo denominado de subdesenvolvidos de capital dependente, tendo a ver com a forma que ocorreu a implantação da sua industrialização. A modernização tardia da maior parte desses países implicou em uma clara desvantagem em seus respectivos desenvolvimentos, sendo o desemprego e as disparidades sociais a marca dessa realidade.

A história do Brasil não foi diferente, o país viveu sob o domínio colonial português por 283 anos, mais precisamente de 1500 a 1822. As imposições da coroa portuguesa promoveram o acentuamento das diferenças sociais e econômicas já nessa época. Apesar da extinção da monarquia, permanece uma herança deixada por esse período que está enraizada na história brasileira e vem sendo perpetuada ao longo do tempo.

O racismo e a sua naturalização são uma das marcas mais significativas da expressão colonial. A economia brasileira por muito tempo pautou-se no trabalho escravo de pessoas negras sequestradas de seu país de origem para serem utilizadas como mão de obra por 388 anos. O ciclo da escravidão só é rompido a partir das pressões internacionais para a modernização das formas de desenvolvimento econômico e a implementação da ordem capitalista, resultando na abolição da escravatura no ano de 1888.

Apesar da abolição, a exclusão e exploração de pessoas negras continuaram acontecendo de forma acentuada em todo o país, dificultando cada vez mais a possibilidade de inserção dessas pessoas na sociedade de forma digna e igualitária. As marcas da escravatura permaneceram e permanecem na realidade do país, a qual se evidencia quando pensamos a trajetória da população negra no mundo do trabalho e na ocupação dos espaços de poder na sociedade, que também repercutem nas formas de acesso à moradia. As desigualdades raciais, portanto, devem ser analisadas como parte do processo de urbanização e industrialização do Brasil.

Tendo como centralidade essa realidade, a industrialização no Brasil foi alavancada com efeito, ainda que dotada de limitações, a partir do século XX, período em que o país já vivia o pós abolição da escravatura e o fim da monarquia, dando lugar a república brasileira e as transformações políticas e sociais representadas pelo poder do Estado.

A partir de 1930 a ideia de modernização industrial e a promessa de melhores condições de emprego, foram fatores que contribuíram para o processo de migração da população rural para as cidades, configurando a perda de centralidade do campo nas determinações econômicas. A concentração fundiária também se tornou um agravante, sendo que o avanço tecnológico e a implementação de maquinários na produção do campo, resultaram na expropriação e expulsão de pequenos agricultores que perderam espaço na

produção rural. Portanto, há um claro aumento populacional nos centros urbanos brasileiros, sobrevivendo sob condições de trabalho precários mediados por salários abaixo do necessário para sua estabilização econômica e social.

Assim, as desigualdades sociais promovidas pelas disparidades socioeconômicas repercutiram em nível alarmante. A complexificação gradativa do mundo do trabalho, o crescente desemprego e o empobrecimento populacional condicionaram boa parte da população brasileira a uma realidade precária à mercê das limitações de acessos à riqueza produzida.

Dessa forma,

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial (Santos, 1993, p.10).

Nesse sentido, Milton Santos (1993, p.10) reforça que “o fato de que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expansão da crise urbana”. Assim, esse período marca a consolidação e ampliação das mazelas sociais e econômicas do modo de ser capitalista, acompanhadas das novas formas de trabalho, que continuaram sendo guiadas pelas determinações desse sistema e pela pouca participação do Estado em fazer frente às desigualdades sociais e seus impactos na classe trabalhadora. Como salienta Maricato (2003, p.152),

Pela primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização. A alta densidade de ocupação do solo e a exclusão social representam uma situação inédita.

Diante disso, quando potencializado o processo de urbanização, a questão habitacional torna-se uma emergência para a classe trabalhadora empobrecida, já que na realidade não existiam legislações que garantissem o direito à moradia digna a esta camada da população. Sendo assim,

A acelerada urbanização no país não foi acompanhada de políticas públicas adequadas para regular o crescimento das cidades, que experimentaram um processo de expansão urbana periférica. Em consequência, a dinâmica econômica prevaleceu sobre o ordenamento urbano e levou à formação de áreas metropolitanas nas quais problemas socioambientais emergiram, demandando respostas do poder público” (Santos, 2020, p.2).

A luta pela moradia, portanto, ganha enorme importância para a classe trabalhadora, que ao vivenciar a realidade da exclusão, encontra nas periferias das cidades seu lugar de moradia. O crescimento das favelas no Rio de Janeiro é um dos principais exemplos de solução encontrada para habitar. Angela Santos (2020) destaca que o nascimento das favelas no século XX é resultado, tanto da abolição da escravatura, onde os ex escravizados e as suas famílias não tiveram oportunidades de inserção na sociedade, quanto pelo avanço urbanístico das cidades, fato que levou a classe trabalhadora a construir suas casas nos morros e encostas, a fim de se manter próximos aos seus empregos.

As políticas higienistas também foram um forte incentivador para o processo de exclusão social e expulsão das camadas mais pobres dos centros urbanos. Tais políticas, teoricamente, objetivam a melhora da saúde populacional e do aspecto das cidades, de modo que algumas das medidas implicaram na remoção de cortiços e favelas por representarem “perigo à saúde pública”. Foram realizadas obras voltadas para o saneamento básico buscando eliminar as epidemias, sendo que “ao mesmo tempo promovia o embelezamento paisagístico e eram implementadas as bases legais para o mercado imobiliário de corte capitalista” (Maricato, 2000, p.22).

Sobre isso, Rubin e Bolfe (2014, p.203) reforçam:

A política urbana adotada nessa época e ao longo da República Velha (1889 – 1930) visava o embelezamento das cidades para atrair investimentos estrangeiros na industrialização brasileira, além disso, o centro das cidades passou a abrigar o comércio e serviços, expulsando dali as residências. Assim, o valor dos terrenos próximos ao centro aumentou e somente as classes mais ricas conseguiam pagar por essa localização privilegiada. Desse modo, as mudanças ocorridas mostraram a divisão do espaço urbano entre centro e periferia. Como resultado, a população de baixa renda buscou suprir a crise de habitação ocupando terrenos vazios encontrados em subúrbios ou até em encostas de morros.

Ainda na década de 1930 marca a inserção do Estado em responder os interesses de cunho social de forma mais ampla, levando em consideração a situação da classe trabalhadora e a questão habitacional, resultando na implementação de políticas sociais de cunho populista, marca do governo de Getúlio Vargas que perdurou por 15 anos. Dessa maneira, o papel do Estado deixa de se limitar apenas às relações econômicas capitalistas, de modo que “a base de sustentação política do novo regime teve de ser modificada através da incorporação de novos setores sociais emergentes — entre os quais se destacam as massas populares urbanas” (Bonduki, 2004, p.716).

De fato, as iniciativas em torno da questão habitacional tomou novos rumos, sendo o ponto de partida o reconhecimento da necessidade da intervenção do Estado para solucionar

este problema. Já em 1931 foi realizado o I Congresso de Habitação em São Paulo, que teve como objetivo discutir a redução de custos das moradias como forma de possibilitar o acesso aos mais pobres (Rubin; Bolfe, 2014).

Nos anos seguintes a resposta veio através dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), que além de prestar serviço de saúde e previdenciários aos trabalhadores associados, passaram a investir em habitações a partir de 1937, através do financiamento de casas populares aos contribuintes. Ao longo de sua permanência, foram criados alguns edifícios e vilas, que apesar de sua importância, não demonstravam impactos significativos.

O ano de 1942 marca a promulgação da Lei do Inquilinato por meio do Decreto-Lei nº 4.598⁷. A lei promoveu a fixação do valor dos alugueis no Brasil, a fim de beneficiar os trabalhadores que residiam nessas propriedades como tentativa da diminuição do gasto salarial direcionada à habitação. No entanto, é importante salientar que, a lei beneficiou aqueles que já encontravam-se alojados, evitando o despejo, já os despejados e a enorme massa que migrou para os centros urbanos o acesso à moradia via aluguel não foi condizente com a sua faixa salarial. Para essa população a alternativa habitacional encontrada foi “[...] a favela e a casa própria autoconstruída ou auto-empreendida em loteamentos periféricos carentes de infraestrutura urbana” (Bonduki, 2004, p.729).

Já a Fundação Casa Popular (FCP), de 1946, marca a instauração do primeiro órgão voltado para a questão habitacional no país. A FCP, além de visar a promoção de moradias populares, tinha uma proposta mais ampla para financiamento de infraestrutura, saneamento, pesquisa habitacional e outros (Bonduki, 2004). Apesar do fracasso da FCP, leva-se em conta que houve uma clara iniciativa mais ousada em torno da questão habitacional.

O ponto de mudança da participação do Estado na garantia do acesso à moradia, principalmente as camadas mais pobres, se deu por meio da implementação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Esse marco ocorreu no ano de 1964 em meio ao regime militar, instituído através da Lei nº 4.380⁸. O BNH tinha como objetivo a promoção de moradias populares e habitações de baixo custo em parceria com o programa de governo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

O BNH tornou-se a maior instituição financeira mundial a tratar da questão da habitação e impulsionou a construção de diversas habitações de interesse social durante a sua

⁷ Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942. Dispõe sobre alugueis de residências e dá outras providências.

⁸ Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências.

existência. O seu fim é marcado pela sua insuficiência em responder à disparidade habitacional da maior parte do público alvo da ação, qual seja, a população mais pobre, trabalhadores empobrecidos, com baixos salários que constituem a demanda. Além das inadimplências pela qual a empresa passou, os casos de corrupção dentro do aparelho o tornaram cada vez mais frágil, até a sua extinção através do decreto nº 2.291⁹ em 1986.

As décadas seguintes foram marcadas pelo aumento do déficit habitacional no país, havendo um claro crescimento das moradias precárias e avanço das favelas no Brasil. Como salienta Maricato (2005, p.1),

Desde a extinção do BNH, em 1986, o governo federal se ausentou da formulação de uma política que fosse além de programas isolados que sofriam mudanças constantes. Nas décadas de baixo crescimento econômico e falta de política habitacional e urbana, 1980, 1990 e início da década de 2000 as favelas apresentaram um crescimento explosivo.

A exigência do Plano Diretor dos municípios, instituído pelo Art. 182 da Constituição Federal de 1988 foi mais uma medida de combate à problemática habitacional. Seu objetivo é de subsidiar orientações relacionadas ao desenvolvimento urbano de cada localidade, onde a partir das bases particulares de cada município, seu representante municipal deveria elaborar anualmente o seu Plano Diretor a partir de Leis Orgânicas que reforcem as diretrizes levando em consideração as necessidades específicas de cada cidade.

As décadas seguintes conformaram, mais uma vez, a necessidade da intervenção do Estado frente à questão habitacional. No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) marcado pela instauração do ideal neoliberal no Brasil, as iniciativas de privatizações de estatais, desmonte de políticas públicas e perda de direitos trabalhistas deram início a um longo processo de perdas para a classe trabalhadora que se mantém até a atualidade.

Ainda neste governo, a resposta à crise urbana se deu através da implementação do Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), objetivando a construção de casas populares de maneira rápida. Conforme Azevedo (2007), o PAIH surge em caráter de urgência, com o financiamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), sendo que a meta era de entregar 245 mil habitações em 180 dias, tendo como público alvo as famílias com renda de até 5 salários mínimos, porém, houveram o descumprimento de diversas metas estabelecidas, desde o aumento do prazo para entrega, até a diminuição da quantidade de moradias entregues.

⁹ [Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de novembro de 1986](#). Extingue o Banco Nacional da Habitação - BNH, e dá outras providências.

Já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ao longo de dois mandatos promoveu alguns programas em resposta a questão habitacional: a integração dos municípios a responsabilidades das políticas habitacionais e urbanas; retomada de construção de habitações não concluídas nos governos anteriores; programas de facilitação de créditos para a aquisição da casa própria e a criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) (Luciano; Mello, 2019).

Nesse sentido, o que se verifica é que ambos os governos não conseguiram fazer frente ao volume de demanda relacionada à habitação criada no país. Portanto, apesar de se constatar as tentativas de atuação, a partir dos programas e serviços planejados, não houve de fato uma diminuição acentuada do déficit de moradias presente nas periferias das cidades brasileiras.

Nos anos 2000 o governo Lula (2003-2011) promoveu avanços significativos na habitação, tanto na questão da moradia quanto na infraestrutura, saneamento básico, e mobilidade urbana. A criação do Ministério das Cidades (2003) foi um dos principais marcos desse período, sendo recebida com entusiasmo, tendo o apoio de atores importantes:

[...] possuía defensores nas burocracias estaduais (Associação Brasileira de Cohab; Fórum Nacional de Secretários de Habitação) e em setores organizados da população civil (Fórum Nacional de Reforma Urbana, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Frente Nacional do Saneamento, movimentos voltados para transporte público urbano de passageiros, além de redes voltadas para equacionar a governança metropolitana) (Azevedo, 2007, p.32).

Com o claro apoio e incentivo, o Ministério das Cidades foi responsável pela promoção de conferências voltadas à discussão do planejamento urbano, com a participação de entidades governamentais e sociedade civil. É resultado da 1º Conferência Nacional das Cidades a criação do Conselho Nacional de Habitação, objetivando a ampliação dos projetos habitacionais que atendam a população de baixa renda e a estruturação da Política Nacional da Habitação (PNH).

A criação do Sistema Nacional de Habitação também é destaque nesse período, o Sistema é orientado pelas diretrizes da Política Nacional de Habitação, e está subdividida em a Habitação de Mercado e Habitação de Interesse Social (SNHIS). De acordo com a Lei nº 11.124¹⁰, a SNHIS, este tem como objetivo

Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; implementar políticas e programas de investimentos e subsídios,

¹⁰ [Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005](#). Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação (Brasil, 2005).

O Programa de Aceleração e Crescimento (PAC) foi mais uma ação do governo federal de investimento nos setores de infraestrutura, habitação, saneamento básico e assentamentos precários. Já em 2009 é lançado o Programa Minha casa, Minha vida (PMCMV), em parceria com os governos dos Estados e municípios, visando a construção de moradias a serem entregues às famílias com rendimento mensal de até R\$ 5.000 (cinco mil reais). A forma de acesso a esse benefício seria realizada via cadastro prévio do interessado nos pontos de cada município.

Ainda que o PMCMV tenha contribuído de forma significativa para atender a demanda habitacional no país, este apresenta certos problemas. O seu nascimento está vinculado a uma estratégia para amenizar os impactos da crise de 2008, dessa maneira a construção civil através de investimentos na construção de habitações contribuiu para o estímulo econômico nesse período. O PMCMV assume uma direção empresarial a respeito da política habitacional, desse modo, havendo a “construção de novas casas, apenas, sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade” (Maricato, 2015, p. 37).

Ao longo de sua existência o PMCMV já passou por diversos entraves e faltas de investimento. Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), foram realizados cortes significativos ao programa, afetando principalmente as famílias enquadradas na faixa 1, são aqueles de com renda de até R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta). Atualmente o governo Lula (2023 - presente) retomou os investimentos e instituiu a lei 14.620¹¹ que amplia e altera leis decretos anteriores a respeito do programa.

Com relação ao panorama habitacional brasileiro, de acordo com dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP)¹² (2019), o déficit habitacional no Brasil entre os anos de 2016 e 2019 saltou para 5.964.993 moradias, concentradas principalmente na região Norte e Nordeste, onde 68,7% da população se autodeclara pretas ou pardas, com renda mínima correspondente até um salário mínimo.

¹¹ [Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023](#). Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida [...].

¹² “A FJP é uma instituição de pesquisa e ensino [...] Fonte de conhecimento e informações para o desenvolvimento do estado e do país, tem como característica a contínua inovação na produção de estatísticas e na criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais.” (FJP, 2025). Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/em-2019-687-do-deficit-habitacional-no-brasil-foi-representado-por-pessoas-pretas-e-pardas-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 23 março de 2025.

Já o último censo do IBGE (2022), informa que atualmente o percentual de pessoas que vivem em favelas e comunidades urbanas no Brasil é de 8,1% da população total, correspondendo a 16,9 milhões de pessoas. No ano de 2010 esse número era de 6,1 %, dado que indica um salto bem significativo de pessoas que vivem sob condições precárias.

No entanto, Maricato (2000, *apud* Barreto, 2014), destaca que apesar dos dados divulgados pelo IBGE, estes não representam o quantitativo real do número de favelas e loteamentos ilegais, isso porque os dados são subdimensionados, ou seja, não abrangem a totalidade do país. Por esta razão, o déficit habitacional se aprofunda quando visualizamos na prática as realidades da moradia das inúmeras localidades precárias que constituem o território brasileiro.

Perante o exposto, apesar das diversas tentativas de responder à demanda habitacional, é possível afirmar que a trajetória do Brasil em relação à inserção da classe trabalhadora na dinâmica capitalista e sua luta pela moradia tem sido uma problemática que atravessa décadas. Essa realidade está presente em todo o território brasileiro, tendo cada localidade suas particularidades, mas com a mesma origem. Dessa forma, Milton Santos (1993, p.105) salienta que existem semelhanças em torno das cidades brasileiras:

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornam as mazelas.

Tomando essa realidade como ponto de partida, a próxima seção será dedicada a explicitar parte da trajetória da cidade de Salvador, atual capital do estado da Bahia, situada na região nordeste do país. Para tal, será levado em consideração a sua estruturação econômica e urbana, destacando elementos significativos como: surgimento e importância da cidade, formação econômica de cunho capitalista, seu processo de exclusão social, urbanização desigual, o lugar da moradia informal como solução e os seus impactos para a cidade.

2.3.1. NO CONTEXTO DE SALVADOR

A cidade de Salvador foi fundada em 1549, seu nascimento tem relação direta com a expansão econômica europeia. Isto porque a partir da consolidação do capitalismo mercantil,

Portugal buscou novas rotas, a princípio, com interesses na expansão comercial, e mais tarde com vistas à exploração e dominação de terras nas Américas.

O estabelecimento da representação portuguesa na Baía de Todos os Santos surge com o intuito de proteger as riquezas extraídas do Recôncavo Baiano, por esta razão a região foi escolhida para a implementação de uma administração local da coroa a fim de garantir a segurança da colônia e a continuidade do controle e dominação sobre as riquezas (Andrade; Brandão, 2009).

Nesse período, a cidade alcançou grandes avanços no setor urbano e econômico, tornando-se a primeira capital brasileira e permanecendo nessa condição por mais de três séculos. Santos (1993, p.19) destaca que o Recôncavo Baiano protagonizou “um processo notável de urbanização e, de Salvador, pode-se mesmo dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas”.

Por um longo período a economia baiana centralizou suas atividades mais importantes no Recôncavo Baiano. O local servia como o principal porto do Estado, responsável por receptar e exportar insumos, além de ser utilizado para o tráfico de escravos, que foram usados como mão de obra. As terras impróprias para o cultivo do açúcar deram lugar à produção do fumo, já que o tabaco se tornou uma moeda de troca eficiente para a compra dos escravos. (Santos, 2008).

A esse respeito, Andrade e Brandão (2009, p.63) ressaltam que

Durante o século XIX e já desde tempos anteriores, a cidade do Salvador, importante entreposto comercial do império português e posteriormente do Brasil independente, tinha na atividade portuária, principalmente em função do escoamento dos derivados da cana-de-açúcar e do fumo produzidos na sua área de influência, o chamado Recôncavo Baiano, e no tráfico e comercialização de escravos os alicerces da sua economia [...].

A fase de declínio do desenvolvimento baiano começa a ser percebida a partir da descoberta de minerais preciosos em Minas Gerais e Centro Sul da Bahia, fato que gerou o deslocamento da capital de Salvador para o Estado do Rio de Janeiro em 1763, na tentativa de proteger e ficar mais próximo do local de origem dessa riquezas. Outro ponto crucial foi a abolição da escravatura no Brasil em 1888, fato que repercutiu diretamente no desenvolvimento agrícola que dependia totalmente da exploração da mão de obra dos escravos. Por último, o avanço do capitalismo industrial internacionalmente (Andrade; Brandão, 2009).

Por volta dos anos de 1940, a economia de Salvador e Recôncavo Baiano dedicaram-se à produção e exportação de *commodities*¹³, com destaque para a plantação de cacau, açúcar e fumo. Desse modo, limitou-se em torno da produção destes itens, passando a sofrer com as mudanças correntes do mercado internacional, como a ampliação da concorrência e variações nos preços de matérias-primas, perdendo a centralidade baiana na economia nacional (Almeida, 2008).

Na tentativa de se restabelecer, a Bahia apostou na produção de outros bens que não alcançaram o avanço desejado, tais como: borracha vegetal, café, couros e peles e alguns minerais. Apenas a produção de cacau conseguiu se manter estável como principal produto para exportação até os anos 1960 (Almeida, 2008).

Em suma, apesar da cacauicultura, não surgiu na economia baiana um novo *front* de acumulação capaz de garantir a expansão acelerada do conjunto da economia regional, levando-a a dar o salto de qualidade que caracterizou a evolução da economia cafeeira paulista (Almeida, 2008, p.15).

Com a insuficiência da produção agrícola, em meio às dificuldades de se modernizar e alcançar a dinâmica do mercado nacional e internacional, a Bahia vivenciou um longo período de estagnação no setor econômico e urbano. Especificamente em Salvador, o baixo dinamismo contribuiu para um mercado de trabalho voltado para a “prestação de serviços pessoais, no artesanato, na burocracia estatal, na construção civil e no pequeno comércio, com uma reduzida oferta de postos de qualidade, além de uma elevada informalidade das relações de trabalho e baixas remunerações” (Carvalho; Borges, 2014, p.81).

No início de 1950 Salvador vivenciou as primeiras iniciativas industriais, tendo como principais marcos da nova frente econômica a inauguração da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, seguida da extração de petróleo no Recôncavo Baiano e a construção da BR- 116 responsável por ligar o Rio de Janeiro a Bahia. Além disso, a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (Almeida, 2008).

A usina de Paulo Afonso foi fundamental para a oferta de energia elétrica ao Estado, e responsável pela criação da CHESF – Companhia Hidrelétrica de São Francisco, sendo capaz de abastecer Recife e Salvador. Já a BR-116 facilitou o acesso rodoviário a São Paulo e Rio de Janeiro, favorecendo a economia regional da Bahia, e corroborando para a transferência de mão-de-obra excedente do Estado para outro (Almeida, 2008). O BNB e a SUDENE também

¹³ Palavra de origem inglesa que significa “mercadorias”, está atrelado a produtos de origem primária: recursos agrícolas, minerais, vegetais, entre outros. Geralmente são comercializados em larga escala.

foram essenciais para a promoção de novos investimentos industriais, voltados para a infraestrutura urbana. Além disso, promoveram repasse de empréstimos externos, incentivos fiscais a partir do imposto de renda de pessoas jurídicas servindo para aplicação em novos projetos industriais no nordeste (Almeida, 2008).

A instalação da Petrobras no Estado da Bahia também colaborou para o avanço no setor industrial a partir da exploração de petróleo no Recôncavo Baiano, propiciando a construção da Refinaria Landulpho Alves em Mataripe (RLAM). Posteriormente, foram implementados o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), fundamentais para o crescimento econômico e populacional do Estado. Em contra partida, fomentou o fluxo migratório, fato que propiciou “uma densa e abrupta ocupação do espaço urbano no período de três a quatro décadas produzindo diversos problemas sócio-ambientais como a periferização e ocupação ilegal do solo” (Andrade; Brandão, 2009, p.20-21).

Ainda que a experiência das indústrias na economia baiana tenha promovido avanços, não foi suficiente para garantir uma frente industrial que restabelecesse a centralidade baiana no cenário nacional. Portanto, a industrialização na Bahia não foi capaz de acelerar a urbanização, promover a garantia de empregos ou elevar o nível da renda regional (Almeida, 2008).

[...] Sua evolução estava, desse modo, subordinada à dinâmica da acumulação do grande capital financeiro e industrial concentrado no pólo econômico do país. A nova indústria não eliminou, portanto, o atraso relativo da economia regional diante da economia do “pólo” nacional; ela apenas o repôs num patamar mais elevado. E, como se viu, ela tampouco criou a massa de empregos prometida (Almeida, 2008, p.40).

Garcia (2009, p.123) salienta que o padrão de acumulação capitalista expandiu as formas de exploração sobre o trabalho, fomentando a alta concentração de renda e promovendo o crescimento das desigualdades sociais e raciais na Bahia.

Mais especificamente nos aspectos relacionados ao processo de urbanização, é possível afirmar que, entre os anos 1960 e 80, Salvador avançou na expansão da construção civil, na criação de novos bairros de classe média apoiadas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH). A chegada do transporte aeroviário e o avanço de importantes estradas movimentou ainda mais o turismo em Salvador, resultando na criação da Bahiatursa, empresa estatal responsável pelo turismo na Bahia. Além disso, a educação superior também foi um ponto importante, a princípio com o surgimento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e

posteriormente o crescimento de universidades e faculdades privadas, como a Escola Baiana de Medicina, a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), a Faculdade de Salvador FACS) e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) (Almeida, 2008).

Com as repercussões da reestruturação produtiva a nível mundial, que ganhou força no Brasil a partir dos anos 1990, houve uma significativa mudança nas relações de trabalho e no setor econômico como um todo, gerando mais um movimento de enfraquecimento para o desenvolvimento de Salvador, que sentiu os impactos, principalmente, com o aumento alarmante do número de desempregados na cidade e o estabelecimento de formas precarizadas de trabalho, próprias deste regime de acumulação, como relata Barreto (2014, p.214):

O processo de reestruturação do capital, faz de Salvador um exemplo emblemático das consequências da instalação do *modus operandi* do capitalismo flexível no Brasil. A ampliação máxima do exército de reserva, já histórico na região, com a elevação das taxas de desemprego [...] juntamente com o processo de destruição da qualidade e instauração da condição de insegurança e instabilidade nos postos de trabalho que restaram nos setores estruturados da economia, aparecem como algumas das principais consequências da consolidação deste capitalismo flexível, já no início dos anos 2000, criando novas e atualizando antigas formas de exploração da força de trabalho, configurando uma das dimensões da completa Precarização Social do Trabalho e da vida dos trabalhadores soteropolitanos.¹⁴

Ainda de acordo com Barreto (2014, p.215),

Estas mudanças ocorridas no mercado de trabalho em Salvador agravaram consideravelmente a condição de acesso ao espaço urbano por parte dos mais pobres, fazendo da luta pela moradia, juntamente com a procura por uma ocupação, o trabalho cotidiano de uma parte significativa dos trabalhadores e trabalhadoras de Salvador.

Em paralelo, a urbanização da cidade de Salvador avançou de acordo com sua condição econômica e espacial. Sob os aspectos que regem a dinâmica do capitalismo em suas diversas formas, a conformação urbana dividiu a cidade entre pobres e ricos, espaços urbanizados e periferias. Carvalho e Pereira (2008) denominam tal fenômeno enquanto segregação espacial, onde, a partir dos marcadores econômicos, políticos, étnicos, sociais ou culturais são definidos quais corpos devem ocupar determinados espaços.

Ainda sobre a divisão social do espaço urbano em Salvador, Santos (2008, p.53-54) destaca:

¹⁴ A categoria Precarização Social do Trabalho utilizada por Barreto (2014) foi desenvolvida pela socióloga Graça Druck.

Essa composição social da população vai se refletir diretamente sobre a organização do espaço urbano. Os banqueiros, os grandes exportadores e importadores, as pessoas enriquecidas pelo comércio ou pela indústria, os agricultores mais abastados, os especuladores imobiliários fazem construir palacetes ou belos e luxuosos imóveis de apartamentos nos bairros ricos da Graça e da Barra, ou ocupam a fachada marítima com construções modernas em estilo funcional. Os marginais aproveitam os espaços vazios sem mesmo indagar quem é o proprietário e aí constroem verdadeiros *bidonvilles*, bairros inumanos onde vivem seja como for; esses bairros são chamados invasões [...].

Ao constatarmos as distinções espaciais é fundamental considerar que a população de Salvador é majoritariamente negra e que vivemos em um país construído sobre a naturalização do racismo. De acordo com dados preliminares do IBGE (2022)¹⁵, 83,2% da população soteropolitana é negra, destes, 34,1% se autodeclararam pardos e 49,1% pretos. Quando comparados com o censo do IBGE (2010), percebemos que houve um crescimento da autodeclaração de pessoas negras, que antes representava 75% da população total.

Esta mesma população que permaneceu por séculos na condição de escravos, vivenciando a realidade sob a dinâmica da exploração e subordinação, historicamente constituem as periferias soteropolitanas, locais onde comumente encontram-se as moradias informais e precarizadas.

Dessa maneira, como salientam Carvalho e Arantes (2021, p.63),

[...] a raça não constitui uma categoria pouco significativa na constituição dos padrões de segregação residencial, ainda que a mesma não seja autoevidente e apresente uma dimensão moderada no caso de Salvador e de outras cidades brasileiras, acentuada nas áreas superiores, mas bastante reduzida nas áreas populares, onde os pobres e os negros estão concentrados. Além disso, essa concentração parece contribuir para a reprodução das desigualdades raciais, na medida em que a aglomeração dos grupos despossuídos e majoritariamente negros em grandes áreas homogêneas e precárias aumenta a gravidade dos seus problemas, com uma superposição de carências, uma deterioração das condições de vida e uma ampliação da sua vulnerabilidade em termos sociais e civis.

A análise crítica dessa realidade demonstra as diferentes camadas do racismo, perpetrado na realidade brasileira, presente nas estruturas sociais e institucionais. Nesse sentido, não é possível avançar na temática sem antes evidenciar a categoria raça enquanto central para pensar a desigualdade espacial que vem condicionando gerações de famílias negras a permanecerem na periferia urbana, em meio a negação de direitos, acessos a bens necessários para findar a corrente da segregação espacial e do racismo.

¹⁵ Os dados divulgados pelo censo de 2020 foram coletados entre os anos de 2022 e 2023 devido à crise sanitária provocada pela pandemia do COVID-19.

Essa realidade condicionou boa parte da população soteropolitana a trabalhos precários e salários insuficientes para suprir necessidades básicas, sendo também evidente a ausência do aparato do Estado no que diz respeito à promoção e efetivação de políticas públicas voltadas para amenizar a calamidade vivenciada.

Em Salvador as primeiras ocupações são datadas desde o período colonial, quando locais como Conceição da Praia, na cidade baixa serviram como terrenos propícios para a ocupação da população mais pobre (Barreto, 2014). O crescimento populacional forçou a expansão das ocupações para locais de encostas, sob construções precárias, onde, em período de chuvas muitas dessas desabaram, causando “uma espécie de tragédia urbana natural e histórica, presente até os dias atuais na vida cotidiana de quem luta pela moradia na nossa cidade” (Barreto, 2014, p.186).

A transição da agricultura para a modernização também reforçou, de forma mais latente, as desigualdades sociais no espaço urbano de Salvador. Um dos aspectos mais marcantes desse cenário é a oferta de trabalhos mediante a baixos salários, o aprofundamento do desemprego e a exclusão social das camadas mais pobres e negras. Borges (2005, p.87) ressalta que a “incapacidade de utilizar produtivamente a população disponível para trabalhar é o traço estrutural mais destacado do mercado de trabalho metropolitano, traduzido na manutenção de uma parte expressiva dela em situação de desemprego.”

O crescimento demográfico vivenciado nas décadas de 1940 a 1950 contribuiu para uma densa modificação da estrutura espacial de Salvador. A recomposição do centro da cidade modificou-se, sendo que grande parte da população mais rica que ali viviam, migraram para outras localidades da cidade. Assim, a classe menos favorecida passou a ocupar as antigas edificações fomentando a expansão da periferia para outros espaços como “fundos de vale não drenados e por outras áreas ainda não urbanizadas, particularmente nas encostas” (Carvalho; Pereira, 2008 p.83).

Nesse período a insalubridade era uma realidade para as periferias de modo que a ausência de saneamento básico fomentou o surgimento de endemias e outros vetores de risco à saúde. Sob o argumento de que as moradias precárias são responsáveis pela proliferação de doenças, estas passam a ser vistas como uma ameaça à saúde pública e devem ser combatidas pelo Estado. Para além desse aspecto o processo higienista também pautava-se no conservadorismo, ancorados nos princípios religiosos e moralistas, os quais “associavam ‘pobreza-saúde-promiscuidade-subversão’ criminalizando a pobreza” (Santos, 2017, p.10).

O crescimento dessa periferia interna chamaria muito cedo a atenção das classes dominantes e coloca-se talvez pela primeira vez no início do século, concebido como uma ameaça à salubridade da cidade, ideologicamente visto como um problema externo ao "urbano" a cidade como sede do poder, centro de trocas e da pequena produção industrial da época, e residência das "pessoas de família". Desse modo, uma proposta da época de execução do plano de esgoto, refere-se ao risco de contaminação da capital, das áreas consolidadas, pelas endemias que alegadamente assolavam as vizinhanças populares, já então estendendo-se à proximidade dos bairros de grupos de renda alta (Brandão, 1981, p.130).

Dada a insuficiência das práticas higienistas em lidar com a problemática do desenvolvimento urbano, a modernização da cidade tornou-se uma emergência. Importantes marcos representam o ponto de mudança para Salvador, como por exemplo: A I Semana de Urbanismo (1935), a criação Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS) (1942), o nascimento do CIA (1967), COPEC (1978) e o Plano de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Salvador (PLANDURB) (1975).

É importante destacar que a modernização da cidade se deu de forma excludente, com o aparato legal do Estado, a exemplo da Lei da Reforma Urbana¹⁶ que possibilitou a privatização de terras que antes pertenciam à esfera municipal. Desse modo, muitas ocupações localizadas ao fundo das áreas valorizadas foram extintas da região, dando lugar a avenidas e edificações privadas (Carvalho; Pereira, 2008).

Tais intervenções configuraram a forma de produção do espaço urbano de modo a dividir-se em diferentes territórios, quais sejam:

Orla Marítima norte, o "Miolo" e o Subúrbio Ferroviário, no litoral da Baía de Todos os Santos. O primeiro constitui a "área nobre" da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses da produção imobiliária. O segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a "classe média baixa" na fase áurea da produção imobiliária através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário teve sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas (Carvalho; Pereira, 2008, p.85-86).

Nesse período o Estado da Bahia junto ao BNH e o SFH criou órgãos que pudessem auxiliar na ampliação do desenvolvimento urbano da cidade de Salvador através do financiamento de habitações populares. Desta forma, no ano de 1965 foi inaugurada a

¹⁶ Lei nº 2181, de 24 de dezembro de 1968. Autoriza a alienação de bens dominicais e dá outras providências.

Habitação e Urbanização da Bahia S/A (URBIS) tendo como objetivo localizar espaços viáveis para a construção das moradias populares.

A partir desses investimentos, localidades como o “miolo” de Salvador tiveram seu processo de ocupação acelerado. O “miolo” tornou-se um dos vetores para o surgimento de moradias populares a partir de programas de governo, como por exemplo o bairro de Castelo Branco, iniciado como um conjunto habitacional promovido pela URBIS, atualmente constituído por inúmeras moradias via ocupações irregulares, marca da informalidade urbana.

Como salienta Gordilho-Souza (2005, p.133):

[...] para Salvador a questão da habitação para as camadas mais pobres, abaixo de três salários mínimos de renda familiar, acabou sendo “resolvida” de forma aleatória, à margem do mercado formal e praticamente sem controle do poder público, pelas chamadas invasões e outros tipos de ocupação com situação fundiária irregular, as favelas e loteamentos clandestinos, quase sempre em condições de ocupação precária e deficiente de atributos urbanísticos.

Na mesma direção Carvalho e Pereira (2008, p.138) enfatizam:

Desde a década de 1940 que, em Salvador, o acesso à moradia da população de baixa renda esteve vinculado a processos de parcelamento improvisado e autoconstrução envolvendo as invasões, os loteamentos clandestinos e outras formas de habitação precária, que constituem a ocupação informal na área urbana. Informal no sentido de que se constituíram à revelia dos parâmetros urbanísticos estabelecidos e cresceram fora das regras de segurança e conforto estabelecidos pelo poder público para edificações e parcelamento, portanto, sem controle público.

Assim, tomando como exemplo o vetor periférico do “miolo” de Salvador, a seguir nos dedicamos a expor o processo de constituição desse território, repercutindo as especificidades do processo de ocupação dessa localidade, situando-a como um dos principais exemplos de como as desigualdades historicamente presentes no contexto da cidade definiram a forma como as famílias de baixa renda encontram nas moradias informais a única possibilidade para habitar.

2.3.2. NO CONTEXTO DO “MIOLO” DE SALVADOR

Localizado nas imediações da BR-324 e Avenida Luiz Viana Filho, o “miolo” de Salvador tornou-se um dos principais vetores para as ocupações ilegais na cidade. O nome desta região é datado desde os estudos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador (PLANDURB), na década de 1970, referindo-se ao fato de pertencer a parte mais centralizada da cidade, geograficamente falando (Fernandes, 2004).

O PLANDURB surgiu no ano de 1975 vinculado ao Órgão Central de Planejamento (OCEPLAN), voltado para a promoção de estudos e projetos que contribuissem para o avanço urbanístico da cidade. Em seus estudos, o PLANDURB definiu três importantes vetores para ocupação em Salvador: Orla Marítima Norte, Subúrbio Ferroviário e o “Miolo”.

Em relação ao vetor do “miolo”, por muito tempo se caracterizou pelo seu aspecto rural com presença de fazendas e chácaras, como por exemplo: a Fazenda Jaguaribe de Cima, a Fazenda Cajazeiras, a Fazenda Boa União e a Chácara Nogueira. A partir de 1975, o governo do Estado autorizou a desapropriação dessas áreas objetivando a construção de moradias populares (Soares, 2006).

Importantes bairros surgiram ao longo de toda a extensão do “miolo”, com destaque para o Cabula, Pernambués, Pau da Lima e São Gonçalo do Retiro como os assentamentos mais significativos do miolo em seu início. Em contrapartida, o bairro de Castelo Branco nasce como o primeiro Conjunto Habitacional a ser construído na região com os investimentos do BNH/SFH em parceria com a URBIS, empresa responsável pela construção das moradias. Posteriormente foram desenvolvidos outros projetos habitacionais a exemplo dos bairros de Narandiba, Mussurunga e Cajazeiras (Fernandes, 2004).

A abertura da BR-324 e da Av. Luiz Viana Filho também foram importantes para o fomento do “miolo”, não só por serem as principais formas de acesso, mas também pela concentração de empregos públicos e privados. O Centro Administrativo da Bahia (CAB), construído às margens da Av. Luiz Viana Filho, destaca-se por ser um complexo público que abarca diversas secretarias e órgãos estaduais. Do outro lado, na BR-324 é possível observar algumas empresas privadas, que multiplicaram-se ao longo do tempo com a instauração do Porto Seco Pirajá (Fernandes; Regina, 2005).

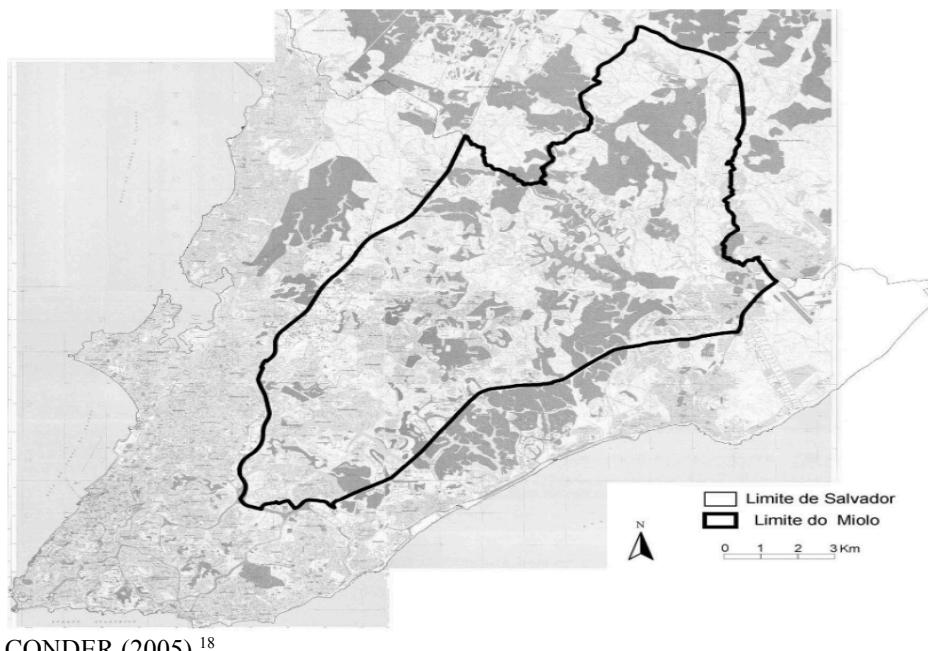
Ao longo das décadas o desenvolvimento econômico do “miolo” tem se dado através de investimentos nos setores secundários e terciários. Assim como ocorre na maioria dos bairros periféricos, o comércio local do “miolo” também avança com a instauração de lojas, mercados, feiras, restaurantes e outras formas de comercialização que ganham força naquele território.

De acordo com a Lei Municipal 9.278/2017¹⁷, que delimita e denomina os bairros do município, Salvador conta oficialmente com 163 bairros, cerca de 41 destes pertencem à região do “miolo” central da cidade. Sua extensão ocupa cerca de 115 km², dos 313 km² da cidade (Fernandes; Regina, 2005, p.4).

¹⁷ [Lei nº 9.278 /2017](#). Dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do Município de Salvador, Capital do Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências.

Para maior compreensão desta localidade, como forma de demonstração visual, a figura a seguir ilustra os limites ocupados pelo “miolo” dentro da cidade:

Figura 01. Os limites do miolo na cidade de Salvador



CONDER (2005).¹⁸

No entanto, ainda que tenha havido a promoção de moradias populares nesta localidade, não foram suficientes para responder à crescente demanda e ao avanço demográfico vivenciado na cidade de Salvador a partir dos anos de 1970, sendo este um dos fatores que contribuiu para o adensamento de diferentes formas de ocupação na região do “miolo”. Por esta razão, “no Miolo coexistem habitações formais (conjuntos habitacionais de baixo padrão), loteamentos populares e moradias precárias autoconstruídas” (Pereira, 2008, p.147-148).

Assim como os demais vetores periféricos, a região do “miolo” enfrenta uma intensa desvalorização fundiária, sendo sua causa associada às seguintes questões: localização, já que encontra-se distante do centro da cidade e próximo a equipamentos de baixo valor social; pouca infraestrutura e o contínuo processo de ocupações irregulares (Costa *et al.*, 2019, p.64).

Como observado, a realidade da segregação dos espaços urbanos de Salvador é latente, sendo que a trajetória do “miolo” evidencia as fragilidades enfrentadas pela classe trabalhadora empobrecida que busca nessa região a possibilidade de morar. A esta população foram impostas as áreas afastadas do centro urbano, contribuindo para a ampliação das

¹⁸ CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Mapa de Salvador. **Cadernos do LOGEPA**, v. 4, n. 1, p.39-46, 2005.

periferias (Fernandes, 2000, *Apud*. Costa 2014), e a manutenção das formas de opressão comum nas camadas mais pobres.

Para Soares (2009) a pobreza, vinculada ao desenvolvimento econômico desigual, está expressa de forma concreta na cidade de Salvador através das formas precárias de acesso a moradias, associada ao processo de ocupação do espaço urbano. Nesse cenário,

A população empobrecida cria estratégias para lidar com a pobreza, contudo as formas de apropriação de seu espaço na cidade seguem o comando da lógica do mercado imobiliário, que reserva lugares específicos, para a pobreza e para o pobre constituindo um padrão de apropriação do espaço urbano que demarcam quais serão os territórios de pobreza e de riqueza, os espaços feios e bonitos, a cidade legal e ilegal (Soares, 2009, p.85).

Carvalho e Pereira (2008, p.94), ao analisarem esta expressão da desigualdade a partir da centralidade racial, evidenciam que a disparidade nas formas de acesso ao solo relacionada à discrepância socioeconômica tem cor e atinge majoritariamente um grupo étnico racial específico, dividindo a cidade da seguinte forma:

A área central de Salvador (onde ficam bairros como Barris, Graça e Canela) e a faixa da Orla Atlântica que vai de Salvador a Lauro de Freitas, onde se concentram as oportunidades de trabalho, a maior parte dos equipamentos urbanos e os espaços classificados como superiores e como médio superiores constituem as áreas residenciais privilegiadas da parcela branca da população. Ela está especialmente sobre representada nos espaços superiores da Barra, Graça, Campo Grande/Canela e Pituba, onde os brancos chegam a 69,1%, 69,7%, 68,5% e 65,7%, enquanto os pretos não passam de 5,9%, 4,4%, 7,0% e 5,0%. Já os pretos e pardos se abrigam predominantemente em áreas do tipo popular ou popular-inferior do Miolo e do Subúrbio (como Cajazeiras, Fazenda Grande, Tancredo Neves, Coutos, Plataforma, Periperi, Lobato ou Paripe), de uns poucos enclaves do centro e da orla (Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Liberdade, Nordeste de Amaralina e Bairro da Paz, por exemplo), muitas vezes em sítios acidentados e desfavoráveis [...].

A disparidade da qualidade de vida, definida pelas condições econômicas se ampliam para aqueles que moram na periferia, e se multiplicam para quem reside em moradias informais precárias. Por isso, não podemos perder de vista a estreita relação entre a influência direta das condições econômicas da classe trabalhadora e a realidade das moradias em que vivem.

Dos 41 bairros que atualmente constituem o “miolo” da cidade de Salvador, Castelo Branco se destaca por ter sido o primeiro conjunto habitacional construído nesta localidade, e posteriormente um local propício para o nascimento de ocupações irregulares espontâneas. Tomando como exemplo este bairro, a próxima seção pretende resumir o processo histórico de surgimento de Castelo Branco, levando em consideração as suas especificidades.

3. SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E A INFORMALIDADE URBANA EM CASTELO BRANCO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar e discutir os dados obtidos durante a pesquisa de campo, coletados através do método de entrevista por pauta realizada com 5 moradores do bairro de Castelo Branco de modo presencial. Os resultados estão organizados em quatro blocos e serão discutidos a partir de uma análise crítica dos dados obtidos. A princípio, foi elaborada uma breve caracterização do bairro, elencando seu processo de surgimento, ocupação e seu cenário atual. As seções seguintes dizem respeito aos resultados obtidos na fase de campo, refletindo o perfil dos moradores entrevistados, questionando as trajetórias de trabalho e renda, com destaque às provisões de habitação e moradia. Por último, sistematizar os dados buscando analisar as trajetórias de trabalho destes moradores com as condições de moradia.

3.1. CASTELO BRANCO: DO TRABALHO A INFORMALIDADE URBANA

Localizado no centro do “miolo” da cidade de Salvador, o bairro de Castelo Branco está situado entre duas vias importantes, a Avenida Luiz Viana Filho e a BR-324. Oficialmente o bairro nasceu no ano de 1970, inicialmente com o *status* de conjunto habitacional. O Conjunto Habitacional Cidade Presidente Castelo Branco foi o primeiro projeto de habitação popular realizado pela URBIS na nova área de expansão.

Assim como os diversos bairros que compõem a região do “miolo”, a escolha da localização para a construção desse conjunto habitacional não foi ao acaso. As moradias concedidas via programas habitacionais populares sempre estiveram alocadas em espaços desvalorizados da cidade, “próximos a equipamentos com forte carga de segregação social”, locais propensos à periferização. No caso de Castelo Branco, este foi construído sob um antigo depósito de lixo, e próximo à Colônia Penal Lafayete Coutinho (Mendonça, 1989, p.71).

A construção das casas do Conjunto Habitacional Cidade Castelo Branco durou cerca de dez anos, ocorrendo entre os anos de 1969 a 1979. A obra contou com cinco etapas, a cada etapa eram inauguradas novas habitações e uma certa quantidade de lotes, sendo que, ao todo foram entregues 3.510 casas e 342 lotes. A tabela abaixo demonstra a evolução em números do desenvolvimento das etapas do conjunto habitacional:

Tabela 01. Etapas da construção do Conjunto Habitacional Cidade Presidente Castelo Branco.

Conjuntos Habitacionais	Construção	Casas	Lotes
Castelo Branco I	1969-1971	683	-
Castelo Branco II	1970-1972	627	-
Castelo Branco III	1973-1974	1139	-
Castelo Branco IV	1977-1978	-	185
Castelo Branco V	1979-1981	1061	157

Fonte: Adaptação da tabela presente no artigo “A estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da URBIS em Salvador, entre 1964 e 1984” (Mendonça, 1989, p.79).

As habitações foram construídas em cinco etapas, sendo que as três primeiras foram distribuídas exclusivamente para servidores públicos, como professores e policiais militares com renda média entre 1 a 2 salários mínimos. A principal forma de distribuição das moradias ocorreu através de sorteios mensais mediante uma inscrição prévia realizada junto à URBIS (Costa, *et al.* 2019).

A seguir, as figuras 1 e 2 representam o período em que foram construídos e entregues as primeiras etapas das habitações:

Figura 02. Conjunto Habitacional Cidade Presidente Castelo Branco entre 1969-1971.



Fonte: Jornal A Tarde, 01/02/1971.¹⁹

¹⁹ As figuras 1 e 2 foram retiradas do trabalho de Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano de Clebson Lourenço Costa. **Dinâmica espacial e qualidade de vida no bairro de Castelo Branco em Salvador - Ba.** 2018, p.58 e 62.

Figura 03. Casas que integram a 3^a etapa do Conjunto Habitacional Cidade Presidente Castelo Branco entre 1972 - 1974.



Fonte: Jornal A Tarde, 01/02/1983 (Idem).

Mesmo após a implementação e distribuição das habitações a infraestrutura do bairro continuou precária. Notícias da época retratam a insatisfação dos moradores frente a ausência de serviços básicos como: falta de limpeza pública, problemas com o abastecimento de água e transportes coletivos limitados (Costa, 2018). Além disso, os materiais utilizados na construção das casas demonstraram ser de baixa qualidade, “havia infiltrações nas paredes e telhados, carência de manutenção dos espaços coletivos, gerando riscos às condições sociais da população local” (Costa, 2018, p.60).

Apesar disso, foram construídos alguns aparatos do Estado no bairro com destaque para o Centro Social Urbano Castelo Branco (CSU), inaugurado no final dos anos 1970, que teve como principal objetivo a oferta de assistência básica à saúde, além de contar com área de lazer para os moradores. Já o Centro de Saúde Cecy Andrade foi instaurado no início dos anos 1980, atuando com atendimento emergencial e em diferentes especialidades médicas, atendendo a população local e as vizinhas. O bairro também contou com um módulo de segurança policial pertencente ao departamento de polícia do bairro de Pau da Lima (Costa, 2018).

A partir da década de 1990 o desenvolvimento habitacional da URBIS perde força, isso porque a empresa passou por uma crise financeira interna, ficando inadimplente com o Governo Federal. Com a ausência da URBIS, suas competências foram assumidas pela Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER), que, no entanto, não deu continuidade ao desenvolvimento habitacional no bairro de Castelo Branco.

Assim, apesar de ter sido entregue um número significativo de habitações nesse período, não foi suficiente para fazer frente ao problema, principalmente na região do “miolo”, importante vetor de crescimento. Dessa forma, a “invasão de terrenos, as construções precárias, a expulsão violenta e nova invasão ou as ‘vistas grossas’ e a permanência, continuaram a ser o modelo de ocupação real da cidade” (Nunes, 1999, p.4).

No bairro de Castelo Branco a situação não é diferente, a presença das moradias informais é uma realidade. O crescimento populacional, o fim da continuidade das habitações populares e o fomento da segregação residencial a partir das desigualdades sociais e raciais que persistem como marcadores fundantes da sociedade local, foram alguns dos fatores que contribuíram para tornar o bairro uma região propícia para o surgimento das ocupações irregulares em seus espaços vazios.

Pode-se dizer que dentro do próprio bairro houve um processo interno de segregação residencial, já que as moradias e os lotes entregues pela URBIS foram construídos dentro dos padrões de construção do marco legal estabelecidos pelas legislações locais, além de estar localizada nas vias principais de Castelo Branco, garantindo melhor acesso aos aparatos disponíveis. Em contrapartida, as ocupações via informalidade urbana nascem em pontos distantes da via central, alocados nos vales sob encostas, dificultando o acesso aos espaços com maior infraestrutura.

Figura 04. Via principal do bairro de Castelo Branco atualmente.



Fonte: Imagem capturada pelo autor deste TCC (2024).

Figura 05. Algumas moradias localizadas às margens do bairro Castelo branco atualmente.



Fonte: Imagem capturada pelo autor deste TCC (2024).

Dados referentes ao ano de 2010, revelaram que a população de Castelo Branco correspondia a 33.510 de habitantes (CONDER, 2016). Em consequência do alargamento populacional o bairro também expandiu seus limites, sendo que atualmente sua área conta com cerca de m^2 2283997.897 (SEDUR/FMLF, 2021).

Figura 06. Mapa Temático do bairro de Castelo Branco definido pela poligonal.



Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo - SEDUR; Fundação Mário Leal Ferreira - FMLF (2021).

Conforme o atual Plano Diretor Urbano de Salvador (PDDU), o bairro de Castelo Branco pertence a Zona de Interesse Social (ZEIS) I:

Zona de Interesse Social – ZEIS – I que diz inclui assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares – habitados predominantemente por população de baixa renda e situados em terrenos de propriedade pública ou privada, nos quais haja interesse público em promover a regularização fundiária e produzir Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) (LOUOS, 2016, art. 166, *apud* Costa et.al, 2019, p.68-69).

Como é comum em diversas localidades ocupadas via informalidade urbana, as moradias informais presentes no bairro estão alocadas em espaços não urbanizados, com pouca ou nenhuma infraestrutura, saneamento básico e construídas próximas de encostas. Majoritariamente a classe trabalhadora que compõem tais espaços são pessoas negras submetidas a condições precarizadas de trabalho mediante a salários inexpressivos.

Dados retirados do Observatório de Bairros Salvador (ObservaSSA)²⁰ referente ao ano de 2010 constataram que 42,3% dos responsáveis por domicílio particular no bairro de Castelo Branco têm renda média mensal de até um salário mínimo, atualmente o valor corresponde a R\$ 1.509 (mil quinhentos e nove). Já em relação ao quesito raça/cor, 52% da população identifica-se como parda, 32,10% pretas, 13,60% brancas, 1,67% amarela e 0,24% indígena. No que tange aos tipos de domicílio, o universo pesquisado registrou 10.656 moradias, destas 1.961 se enquadram no perfil subnormal²¹.

Os números revelados ressaltam a relação direta entre as condições econômicas e os espaços de moradia da classe trabalhadora. Castelo Branco enquanto bairro periférico abarca parcelas da população que vivem sob condições limitadas, já que a faixa da renda média mensal não corresponde às demandas reais da vida cotidiana. Esse fato se torna mais alarmante quando pensamos nos tipos de trabalho e as variações salariais, compreendendo que a maior parte da população que vive em moradia informal, alocada nas Zonas de Interesse Social I, muitas vezes obtém renda menor que um salário mínimo e está submetida à condição de empregos informais, subempregos e desemprego, marcas da precarização do trabalho e da vida.

Apesar do complexo desenvolvimento urbano no bairro de Castelo Branco, esta localidade apresentou alguns avanços nas últimas décadas, com destaque para a expansão comercial com a oferta de serviços locais como, lojas, mercados, farmácias, restaurantes e

²⁰ **Observatório de Bairros Salvador.** Disponível em: [Castelo Branco | ObservaSSA](http://Castelo%20Branco%20|%20ObservaSSA). Acesso em: 26 setembro de 2024.

²¹ No ano de 2022 o IBGE substituiu o termo Aglomerados subnormais por Favelas e Comunidades Urbanas.

outros empreendimentos que favoreceram a dinâmica local, fomentando novos postos de emprego e possibilidade de acesso a produtos e serviços essenciais com fácil acesso (Costa, 2018).

Dos equipamentos públicos, Castelo Branco conta com 7 escolas, 2 centros educacionais na esfera municipal e um colégio estadual. Das instituições mais antigas destaca-se o Colégio Estadual Raymundo de Almeida Gouveia, que nasceu no mesmo período em que o Conjunto Habitacional Cidade Castelo Branco, com o propósito de atender os novos moradores, hoje o colégio continua ativo, e é o único da rede estadual presente na região. Na esfera municipal tem-se a Escola Municipal Dona Arlete Magalhães (1992) pertencente à primeira etapa do bairro, concentrando estudantes do fundamental II e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Escola Municipal Conselheiro Luiz Rogério e a Escola Municipal Antonio Martins Damasceno (1998) atendem ao fundamental I, já o Centro Municipal de Educação Infantil José Renato Monteiro Lobato (1998) e o Centro Municipal de Educação Infantil Unidos de Castelo Branco (2007) que atuam como creche e pré-escola.

Além disso, no ano de 2021 foi inaugurado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Castelo Branco. Esta foi uma importante conquista dos moradores, já que por muito tempo utilizavam o centro de bairros vizinhos. O CRAS presta atendimento básico e atua como porta de entrada para as famílias vulneráveis, ofertando serviços e benefícios como: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Convivência e fortalecimento de vínculo e Serviços de proteção social básica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Benefícios eventuais, Benefícios de transferência de renda, realização de inscrição das famílias no Cadastro único para programas sociais do Governo Federal.

O Centro Social Urbano (1970) também atua na oferta de serviços e atividades importantes para a comunidade do bairro. Dos serviços prestados destacam-se ações voltadas para orientações jurídicas em parceria com a Defensoria Pública, ações de saúde em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, palestras diversas, cursos, esportes. Além disso, dentro do CSU existe uma horta comunitária gerida pela instituição junto com os moradores que frequentam o local, além de oficinas e prestação de serviços de saúde.

Em relação à saúde, o Centro de Saúde Cecy Andrade é o mais antigo na prestação de serviços médicos, e segue sendo até hoje um dos pontos mais utilizados pelos moradores. Também existe o Centro de Saúde Castelo Branco (20º Centro), que está presente nas imediações do CSU. E a Unidade de Saúde da Família (USF), localizada na via regional do bairro, fazendo divisa com Sete de Abril. Importante ressaltar que o bairro não conta com

unidade de pronto atendimento ou hospitais, nesse caso a comunidade desloca-se para bairros vizinhos como Cajazeiras, Águas Claras ou São Marcos.

No entanto, é preciso levar em consideração a dinâmica imposta às ocupações informais no bairro de Castelo Branco. Sabendo que a maioria dessas moradias encontra-se às margens das vias principais, além das limitações burocráticas enfrentadas pela ausência de documentação residencial, saneamento básico e outros serviços fundamentais, afastam-se também dos aparelhos públicos, pelo fato de, geralmente, estarem alocadas em áreas com escadarias precárias, sem acessibilidade e manutenção. Neste quesito, a infraestrutura local e a mobilidade urbana tornam-se fatores importantes, pautas históricas das reivindicações locais, já que se mostram de forma bem precária e limitada para quem vive sob estas condições.

Portanto, refletir sobre os aspectos estruturantes que permeiam a dinâmica da desigualdade social, especificamente a expressa pelas condições de moradia, trabalho e renda, é de suma importância para compreender as formas de opressão e negação às quais as periferias de Salvador historicamente estão submetidas. Nesse sentido, a moradia deve ser entendida como direito de todos, sendo a luta pela moradia fator crucial para construir políticas que garantam de fato o acesso igualitário a todos os trabalhadores e trabalhadoras levando em consideração suas particularidades que perpassam as trajetórias individuais e coletivas.

Perante o exposto, a próxima seção destaca os resultados obtidos através da pesquisa de campo realizada mediante entrevistas com moradores do bairro de Castelo Branco. Como objetivo, pretende-se evidenciar a forma de ocupação informal em moradias precarizadas e a relação com as condições econômicas decorrentes das relações de trabalho destes moradores.

3.2. PERFIL DOS MORADORES ENTREVISTADOS

Esta seção dá início às análises dos dados da pesquisa de campo. Lembramos que as entrevistas, instrumentos de coleta de dados utilizados, foram elaboradas através de pautas. Os entrevistados foram moradores do bairro de Castelo Branco, sendo que todos aceitaram participar de forma voluntária.

Antes da aplicação das entrevistas, foram definidos alguns critérios para a sua realização: Os (as) entrevistados (as) deveriam residir em moradia informal; morar no bairro há pelo menos 15 (quinze) anos; e ter idade mínima de 45 (quarenta e cinco) anos. Assim, a amostra da pesquisa contou com a participação de 5 (cinco) entrevistados. Tais critérios

permitem dimensionar as trajetórias de trabalho e as moradias informais, que compõem nosso objeto de estudo.

No intuito de manter a identidade dos entrevistados em sigilo, seus nomes não serão divulgados. Assim, na ordem em que as entrevistas foram realizadas ficou organizado da seguinte maneira: Morador 1; Morador 2; Morador 3; Moradora 4; Moradora 5. Todos (as) possuem faixa etária entre 53 (cinquenta e três) e 70 (setenta) anos. Do total, três são homens cisgênero e duas são mulheres cisgênero. Quanto ao quesito raça/cor, todos (as) se identificaram enquanto pessoas negras, fato que revela a predominância da população preta e parda em salvador, refletindo diretamente na amostra da pesquisa e no próprio bairro²².

Os Moradores 1 e 2 são casados e residem com suas respectivas cônjuges, sendo que um deles também vive com um neto e o outro com um dos filhos. O Morador 3 é solteiro e mora sozinho, enquanto as Moradoras 4 e 5 também são solteiras, mas moram com pelo menos um filho.

Em relação ao tempo em que vivem em Castelo Branco, todos (as), exceto a Moradora 4, dizem morar a cerca de 40 anos, época em que o bairro ainda estava em fase de surgimento com a implementação das moradias da URBIS, o que indica a existência de ocupações informais, ao mesmo tempo em que se construíram parte do conjunto habitacional. Além disso, exceto a Moradora 5, que é nascida e criada em Salvador, todos (as) são naturais de cidades do interior da Bahia, e afirmam que vieram para capital em busca de melhores oportunidades de emprego e condições de vida.

Com exceção do Morador 2, antes de chegarem ao bairro de Castelo Branco, todos (as) os moradores relataram que já passaram por outros bairros da cidade. Por exemplo, o Morador 1 já morou em Dom Avelar, o Morador 3 viveu em Pau Miúdo com a família antes de serem “despejados”. Já a Moradora 4 residiu por um curto período em Vila Canária junto com sua irmã, enquanto a Moradora 5 já morou nos bairros de Pau da Lima e Sete de Abril. Dos bairros listados, todos pertencem a áreas periféricas da cidade, onde a maioria está concentrada na região do “miolo”. Portanto, o que se evidencia é que, apesar de terem vivido em outros locais, os entrevistados sempre estiveram concentrados no mesmo vetor periférico, em bairros vizinhos a Castelo Branco.

No que se refere à renda mensal atual dos moradores, a Moradora 4 é a única que possui emprego formal, com registro em carteira, e recebe 1 salário mínimo trabalhando como empregada doméstica. O Morador 2 é aposentado e recebe um pouco mais do que um salário

²² De acordo com o Observatório de Bairros de Salvador, no ano de 2010 pessoas negras correspondiam a 84,1% da população de Castelo Branco.

mínimo e complementa a sua renda trabalhando em “bicos” na área de construção civil. Já o Morador 1 tem recorrido exclusivamente aos “bicos”, também na construção civil, onde afirma conseguir, em média, cerca de um salário mínimo e meio por mês, podendo alcançar dois salários, fato que depende da demanda de serviços.

A Moradora 5 também não possui renda fixa, com o trabalho de diarista ela costuma receber R\$500 (quinhentos reais) mensalmente, além do benefício do programa Bolsa Família, no valor de R\$600 (seiscentos reais) mensais. O Morador 3 encontra-se em situação parecida, ele diz sobreviver com a renda do Bolsa Família, no valor de R\$600 (seiscentos reais) e recebe, mensalmente, cerca de R\$300 (trezentos reais) por prestar serviços em campanhas de políticos locais, recorrendo à venda de latinhas para complementar a renda. Ambos não conseguem fechar suas rendas mensais com valor mínimo do salário atual vigente, que corresponde a R\$1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais).

Diante dos aspectos demonstrados no primeiro bloco, é possível perceber semelhanças entre os entrevistados. Por exemplo, a questão racial revela que a amostra é majoritariamente composta por pessoas negras e, como já salientado ao longo deste trabalho, essa é uma questão fundamental para compreensão do processo de formação da informalidade urbana no Brasil, especialmente em Salvador, que, segundo dados do censo do IBGE (2022), conta com 83,2% da população autodeclarada como negra²³, a grande maioria compondo as classes mais empobrecidas.

Atrelado a isso, se destaca também a predominância da baixa capacidade de geração de renda desse grupo em comparação com os anos em que vivem no bairro, indicando que, apesar de décadas morando em Castelo Branco, não conseguiram modificar suas realidades, impactando diretamente em suas condições de vida, fato que veremos com mais clareza nos blocos seguintes.

3.3. TRABALHO E RENDA

A dinâmica social mediada pelo sistema capitalista tem promovido ao longo de sua história a excessiva valorização do lucro a partir da exploração pelo trabalho, ao mesmo tempo em que promove a desvalorização da classe trabalhadora. Nesse sentido, ao analisar esse fato a partir da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras inseridos nos espaços

²³ [...] o constructo político-teórico do que se entende enquanto população negra no Brasil, é resultado do acúmulo entre pesquisadores e intelectuais que entendem o somatório de pretos e pardos enquanto população negra foi fruto de uma articulação histórica do movimento negro, como forma de pressionar politicamente o estado brasileiro para formulação de políticas racialmente orientadas (Borges, 2024, p.148).

precarizados de habitabilidade, a exemplo das moradias informais das periferias urbanas, se faz necessária a reflexão acerca dos tipos e formas de inserção laboral aos quais esses grupos estão submetidos.

A análise se torna ainda mais urgente quando levada em consideração a questão da renda, ficando evidente o fato de que, quanto mais desvalorizado o tipo de trabalho, menor será a remuneração. Como consequência para a classe trabalhadora o acesso a direitos básicos, como é o caso da moradia digna, torna-se cada vez mais difícil, colaborando de fato com a continuidade do ciclo de exclusão e aprofundamento das desigualdades sociais.

Esta reflexão se vincula aos questionamentos propostos ao longo deste bloco, cujo objetivo é resgatar as trajetórias de trabalho dos moradores entrevistados. A partir da observação das faixas salariais referentes a cada período e dos tipos de ocupações exercidas a fim de compreender se os empregos e remunerações foram capazes de alavancar sua condição social e econômica ou se reforçaram a continuidade do mesmo padrão.

Inicialmente os moradores foram questionados a respeito das suas trajetórias de trabalho ao longo do tempo em que vivem no bairro de Castelo Branco, objetivando evidenciar de que forma se deu a inserção dos moradores no mercado de trabalho. As questões foram direcionadas à quantidade de empregos exercidos, os locais de trabalho e os tipos de vínculo empregatício.

Tratando especificamente dos Moradores 1, 2 e 3 eles estão inseridos no campo da construção civil e apresentaram, cada qual, um percurso muito similar em suas trajetórias dentro desse campo de trabalho. De maneira geral, são chamados para executar reparos, reformas, pequenas construções e outras atividades. Todos começaram a trabalhar na área ainda crianças junto aos seus pais, desse modo aprenderam o ofício e se aprimoraram ao longo do tempo.

Em relação à inserção no mercado de trabalho, para todos se deu de maneira similar, em cargos menos valorizados. Como narram os moradores:

“Meu primeiro emprego em registro foi numa fábrica de macarrão e biscoito em... a gente ganhava um salário mínimo da época, que ainda era em cruzeiro, né? Lá eu fui ajudante de depósito [...] Depois eu trabalhei numa cooperativa de laticínio, fui ajudante de descarga, recebia um salário mínimo também, esse foi de 93 a 94 [...] Também trabalhei com manutenção elétrica, fui supervisor de manutenção, lá o salário era um pouco melhor, em torno de um salário e meio, também nos anos 90” (MORADOR 1, 53 anos).

“O primeiro trabalho que eu tive aqui em Salvador foi em uma empresa de cerveja, eu não lembro o ano, acho que foi lá pros anos 80. Fiquei 4 anos lá! Naquele tempo o salário era mil e pouco reais, mas dava pra sustentar a família, ninguém nunca passou fome” (MORADOR 2, 70 anos).

“Eu comecei com 18 anos, na profissão de cobrador. Naquele tempo, a gente só precisava saber as quatro operações de matemática. Fiquei na primeira empresa por três meses. A gente recebia o salário mínimo da época, mas eu decidi sair porque era muito assalto, muitos colega mortos, não tinha segurança [...] Eu trabalhava com meu pai três dias por semana de pedreiro. Nos outros dias eu corria atrás das empresas de ônibus pra voltar pra profissão. Aí, depois de 1 ano, eu fui pra uma empresa lá no campo grande! Fiquei de 1990 até 91 por lá recebendo um salário mínimo também [...] Esse foi meu último trabalho de carteira assinada.” (MORADOR 3, 60 anos).

É a partir da necessidade de voltar ao mercado de trabalho que estes moradores recorreram à área de construção civil como uma possibilidade de reinserção. Vale destacar que a baixa escolaridade e as poucas oportunidades os mantiveram longe do trabalho formal por longos períodos. No caso do Morador 3, apesar de exercer a função através dos “bicos”, ele diz não gostar, já que viveu momentos de extrema necessidade com o seu pai:

“Depois que eu fiquei sem trabalho eu fui trabalhar com meu pai, ele era mestre de obras, fui ajudante de pedreiro com ele [...] Meu pai era da área civil, ele ensinou todos os meus irmãos. Todos são pedreiros [...] Eu não gosto de trabalhar na profissão de pedreiro, sabe por quê? Eu vi meu pai passar fome, quando chegava no dia do pagamento a gente esperando o contratante pagar pra gente levar a alimentação pra casa, aí o cara dizer: ‘oh senhor, eu esqueci de passar no banco pra tirar o dinheiro’, atrasava o pagamento e a gente ficava sem comer [...] Trabalhando na obra, eu recebia por diária! O servente ganhava muito pouco por dia! Era menos de 70 reais na época” (MORADOR 3, 60 anos).

Ainda, a respeito da busca por uma oportunidades de trabalho, o Morador 2 conta que precisou viajar para outro Estado, onde conseguiu um trabalho temporário na área de construção civil, resultando em seu afastamento da cidade de Salvador por cinco anos. Ao retornar a cidade, ele conseguiu assinar sua carteira, ainda por um curto período. Posteriormente, voltou a depender exclusivamente do trabalho de “bico”, essa trajetória culminou em sua aposentadoria por questões de saúde aos 62 anos de idade:

“Depois disso eu fui pra São Paulo com a minha esposa. Lá eu comecei a trabalhar! Fui no ano de 94, eu acho, fiquei 5 anos por lá... Tinha um trabalho certo, uma pessoa me chamou pra construir uma casa lá, entendeu? Fiz a casa dele toda lá! Quando eu terminei eu quis voltar logo porque não assinaram minha carteira e eu não gosto de trabalhar sem carteira assinada. Aí eu pulei fora, voltei pra cá pra Castelo Branco [...] Quando eu voltei eu continuei trabalhando de bico e biscate. Depois que eu consegui trabalhar pra uma empresa, era serviço de pedreiro fazendo calçada, lá eles assinaram minha carteira! Fiquei dois anos e meio. A gente recebia uns 2.000 e poucos reais e esse dinheiro dava pra sustentar a família, graças a Deus!” (MORADOR 2, 70 anos).

Outras formas de inserção no mundo do trabalho foram buscadas pelos moradores, à exemplo do Morador 3, que teve sua trajetória de trabalho marcada não só pela sua atuação

como cobrador de ônibus e na construção civil. Conforme seu relato, em 2004 ele entrou no campo da política, associando-se a um político da região onde assumiu atividades voltadas às campanhas. Atualmente, embora ainda mantenha uma relação de trabalho com o político, o valor pago diminuiu consideravelmente. Como complemento de renda, tem feito alguns “bicos”, coleta de material reciclável para venda, e recebido benefício do governo federal:

“Rapaz, eu passei muitos anos trabalhando de pedreiro ainda, fazendo os bicos [...] Depois disso eu comecei a trabalhar na campanha de um vereador. Minha função lá era de ‘segunda pessoa’, é um cargo de confiança, eu ajudava na campanha na comunidade [...] Nessa função, eu comecei com ele em 2004, fiquei nos dois mandatos até 2008. Eu recebia um salário mínimo, era pago pela prefeitura [...] Hoje em dia eu voltei a trabalhar com ele, ele me pediu pra ficar nas campanhas do filho e ele me paga 300 reais por mês” (MORADOR 3, 60 anos).

Depois, complementa:

“Atualmente minha renda é essa, vivo do bolsa família que é uns 600 e dos 300 reais que recebo trabalhando pra o ex vereador [...] Se eu achar um bico de pedreiro eu faço, todo ano eu trabalho vendendo no carnaval, mas o que recebo lá não compensa tanto. [...] Eu passei a reciclar latinha pra completar a renda. Eu tenho uma vizinha que bebe, aí ela joga tudo pelo muro e cai lá na minha casa! Tem outras vizinhas que junta pra me dá, Quando eu vou vender, dá uns 50 reais, num final de semana.” (MORADOR 3, 60 anos).

Diferentemente dos outros moradores, o Morador 1 foi o que teve o maior número de vínculos formais de trabalho registrados, porém, todos foram de curta duração. Em 2004, voltou a trabalhar de carteira assinada, vínculo que durou por apenas três anos. Posteriormente enfrentou um longo vácuo, onde recorreu às atividades informais, principalmente através de “bicos”. Voltou a se empregar formalmente nos anos de 2011, 2013, 2014 e 2021, os vínculos duraram entre um e dois anos, com remunerações abaixo de dois salários mínimos. Atualmente o entrevistado tem mantido a sua renda através dos trabalhos de “bico” e empreitada, e ainda associa a dificuldade de volta ao mercado de trabalho à sua idade:

“A minha condição hoje é sobrevivendo de bico e empreitada. O valor mensal eu me baseio por semana, eu tiro aí 600 a 700 reais por semana, mas é sempre incerto, a gente depende do campo, no período de alta estação, final de ano...quando não tá nesse período o valor vai pra metade. Recebo uns 300 por semana ou menos [...] Uma pessoa que tá nessa idade aqui para se empregar é difícil! Quando passou de 40, para encontrar uma empresa é bem mais difícil a recolocação no mercado... Infelizmente é assim, né!! Agora mesmo, recentemente eu fiz uma entrevista e não fui chamado porque uma pessoa de 53 anos compete com as pessoas mais novas, com mais modernidade, cursos, ne? Eu aprendi no dia a dia, hoje as pessoas fazem cursos e terminam se arranjando mais rápido que a gente” (MORADOR 1, 53 anos).

A partir da preocupação demonstrada pelo entrevistado traz à tona uma discussão importante sobre o lugar ocupado pelas pessoas mais velhas na dinâmica capitalista de produção. O etarismo, definido como uma forma de discriminação baseada na idade, impacta de forma significativa nas estruturas sociais e econômicas, principalmente no mercado de trabalho, onde os mais velhos enfrentam maiores dificuldades de inserção, e são associados a improdutividade, ao mesmo tempo em que a juventude representa a produtividade. Essa é uma condição estabelecida pelo sistema de produção a que estamos submetidos, que a partir da noção da garantia de lucro, enxerga a velhice como um problema a ser combatido, ou seja, exclui a classe trabalhadora mais velha da dinâmica de produção.

Como salienta Teixeira (2009, p.67),

[...] o envelhecimento do trabalhador constitui-se em problemática social na ordem do capital, em virtude da vulnerabilidade social em massa dos trabalhadores, em especial, ao perderem o valor de uso para o capital, pela idade. Esses trabalhadores, por não disporem dos meios de produção, de rendas advindas da propriedade e de riqueza socialmente produzida, capazes de garantir uma velhice digna, assim como de uma família com meios e recursos disponíveis para responder às dificuldades sociais vividas por grande parte deles, principalmente, famílias empobrecidas, em situação agravada com o desemprego estrutural, com a precarização do trabalho, dentre outras vicissitudes sociais que impedem os familiares de prover cuidados e a subsistência do grupo, nessas circunstâncias, esses idosos são, então, submetidos à pobreza, à dependência dos recursos públicos e privados, ao abandono, às doenças, etc.

Soma-se a isso, a intensa precarização desses trabalhadores em suas formas de inserção no campo da construção civil, onde todos afirmam viverem períodos de instabilidade de emprego. A esse respeito, Cockell e Perticarrari (2010, p.1) destacam que esse tipo de trabalho é caracterizado, principalmente, pela informalidade, terceirização ou subcontratos, já que esta é uma área conhecida pela alta rotatividade de trabalhadores, fato que os condicionam a um “constante processo adaptativo a novas realidades de trabalho e de vida”.

Para driblar o desemprego, todos os moradores recorrem aos serviços de “bico”. O “bico” ou “biscate” é caracterizado por ser um trabalho temporário, pontual, informal e com a ausência de qualquer vínculo trabalhista. Geralmente é realizado de maneira urgente, para complemento de renda, nos momentos de “aperto”:

“O bico é um desaperto, né? Você chega lá no cliente, tem que ter serviço rápido ali, é um bico! O cara diz: ‘eu vou te dar 150 reais’; Você vai e faz! Naquele mesmo momento, é um bico” (MORADOR 1, 53 anos).

“Nos momentos que não tem trabalho eu fico em casa, aí quando aparece biscate eu vou lá fazer, né? O biscate assim... a gente tem que correr atrás! Às vezes aparece alguém querendo dar um contrapiso, um reboco, uma massa [...] No biscate a gente

recebe uns 300 ou 400 reais por semana, depende, se a gente percebe que a pessoa tem mais um dinheirinho eu cobro mais, entendeu? Quando não tem é menos” (MORADOR 2, 70 anos).

Como demonstrado, apesar dos problemas encontrados no campo da construção civil, esta tornou-se a principal forma inserção no mercado de trabalho para esses trabalhadores que, ao longo de suas trajetórias têm enfrentado diversos entraves, decorrentes da falta de oportunidades de formação, da necessidade de trabalhar desde muito jovem ou criança, fato que impacta diretamente em sua condição financeira e no seu bem estar de maneira geral. Sendo assim,

[...] o quadro de impermanência e de descartabilidade enfrentado por essa mão de obra, juntamente com o constante desrespeito às leis trabalhistas e previdenciárias, posicionam essa população à margem dos sistemas de proteção social-trabalhista. Nesse caso, o ônus do processo de informalidade e precariedade das condições de trabalho recai mais fortemente sobre os operários menos qualificados da construção civil, uma vez que esses trabalhadores encontram-se marginalizados pelo sistema de proteção social e percebem baixos salários, além da ausência de renda fixa [...] (Cockell; Perticarrari, 2010, p.1).

Trilhando um caminho oposto aos demais entrevistados, as Moradoras 4 e 5 relatam ter tido o trabalho doméstico remunerado e o trabalho de diarista como atividades principais em suas trajetórias. Apesar de ambos os trabalhos se enquadarem na categoria do trabalho doméstico, existem certas diferenças entre as funções, principalmente no que tange à sua formalização e garantias de direitos.

O trabalho doméstico remunerado é formal, mediante a registro em carteira, garantindo o vínculo empregatício e todos os direitos fundamentais como salário fixo, 13º salário, férias e outros. Já o trabalho de diarista tem como característica a informalidade do serviço, ou seja, é realizado de forma esporádica, onde a/o profissional é chamado para exercer as tarefas domésticas, seja por um dia ou períodos específicos, porém não garante os direitos e benefícios trabalhistas, a menos que haja alguma formulação de acordo específico entre as partes.

De acordo com dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2025)²⁴, “entre as pessoas que declaram realizar trabalho doméstico e/ou de cuidados remunerados no Brasil, 69,9% são mulheres negras”. Pensando nisso, é fundamental compreender as origens do trabalho doméstico no Brasil, já que esta é uma profissão que se origina no período escravocrata e colonial em um contexto em que as mulheres negras

²⁴ Disponível em: [Mulheres negras são 69,9% no serviço doméstico ou de cuidados no Brasil - Ipea](https://www.ipea.gov.br/mulheres-negras-sao-69,9-no-servico-domestico-ou-de-cuidados-no-brasil-ipea). Acesso em: 22 maio 2025.

escravizadas eram submetidas a realizar trabalhos de cuidados domésticos, tais como limpeza das casas, da alimentação e de qualquer atividade ligada ao servir. Dessa forma, além da questão de gênero, que oprime e exclui as mulheres dos espaços de poder, é necessário reconhecer a dimensão racial que está associada ao trabalho doméstico, onde até hoje as mulheres negras constituem a maior parcela de pessoas inseridas nessa ocupação.

Sobre isso Ferreira e Ávila (2020, p.3-4) destacam:

Na formação social brasileira, esse trabalho traz as marcas da servidão das mulheres como aptas e destinadas a servir compulsoriamente ao outro, e aos outros, e as marcas da escravidão a qual estiveram submetidas as mulheres negras no período colonial [...] Até hoje, as mulheres negras constituem a maioria dessa categoria. Mas além de serem majoritárias na categoria, há também uma forte conotação de preconceito e discriminação racial que impregna ideologicamente a representação do emprego doméstico no Brasil e que o associa a uma relação de “servidão” e a um trabalho de mulheres negras.

No entanto, apesar do fim da escravidão no Brasil e do reconhecimento do trabalho doméstico como uma atividade remunerada, principalmente a partir dos avanços garantidos através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das domésticas, instituída em 2 de abril de 2013, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores, esta ainda é uma profissão desvalorizada socialmente. Essa condição demonstra a continuidade das formas de preconceitos históricos que ainda marcam essa categoria.

Em relação ao relato das entrevistadas, a Moradora 4 exerce a profissão de trabalhadora doméstica remunerada, função que ocupa desde sua inserção no mercado de trabalho. Ao longo da sua trajetória, teve cinco registros em sua carteira de trabalho, com remunerações equivalentes a um salário mínimo. Em suas primeiras experiências de trabalho manteve uma relação negativa com os patrões, o que contribuiu para a sua saída desses empregos:

“Eu trabalhava de arrumadeira, em casa de família [...] O meu primeiro trabalho foi em Brotas, lá eu ganhava um salário mínimo, fiquei dois anos e meio. Eu tive que sair de lá porque a patroa era muito insuportável! Não aguentei e pedi pra sair. Aí quando eu saí já arrumei logo outro [...] Eu consegui um trabalho aqui em Castelo Branco. Fiquei 4 anos nesse... recebia um salário mínimo, mas lá não era bom, os pessoal era ruim! Mas, como era perto de casa e eu precisava ficar perto do meu filho por causa do colégio. Daí eu fui aguentando, aguentando, até meu filho ficar maiorzinho. Aí, quando não guentei mais, eu saí [...] Depois eu fui trabalhar lá em Itapuã, lá eu fiquei 1 ano só porque eu não gostei, a mulher queria me explorar, pedia pra eu fazer tudo dentro de casa... cuidar da casa, fazer comida e ainda cuidar do menino pequeno [...] Eu fiquei lá, mas ela não assinou minha carteira!”
(MORADORA 4, 55 anos).

As experiências positivas vieram nos trabalhos seguintes, onde foi possível construir uma melhor relação com os seus patrões.

“Depois eu fui pra o Caminho das Árvores. Nesse eu fiquei três anos! Nesse a patroa era maravilhosa! Até perdi o contato dela. Lá eu recebia salário mínimo também [...] Eu pedi pra sair de lá depois que eu conheci um rapaz de Feira de Santana, aí eu fui morar com ele lá, mas eu não gostei, aí voltei pra Salvador. Eu fiquei lá quase um ano, mas não trabalhei [...] Quando eu voltei pra Salvador, eu fui trabalhar com um pessoal de Brasília. Esse foi muito bom! Fiquei lá por dois anos. Mas eles não gostaram, aí voltaram pra Brasília [...] Antes de terminar, eles me pagaram tudo direitinho! Ainda me deram um cheque de 300 reais de presente pra me ajudar” (MORADORA 4, 55 anos).

A entrevistada ainda chama a atenção para o seu emprego mais duradouro, onde relata ter permanecido por 10 anos:

“Eu fui trabalhar lá perto das Sete Portas, de carteira assinada também... Esse foi muito bom! Fiquei 10 anos [...] Lá foi bom, eles são maravilhosos, me tratavam bem [...] Querendo ou não, a gente se apegal! Porque é difícil um patrão tratar uma empregada com carinho e atenção! Eles eram pessoas maravilhosas, no jeito de me tratar, conversar comigo” (MORADORA 4, 55 anos).

Após uma breve temporada realizando trabalho de diarista, atualmente a entrevistada está trabalhando em uma outra casa, de carteira assinada, no bairro da Pituba, e sua renda mensal continua sendo de um salário mínimo. Mesmo estando inserida em um trabalho considerado inferiorizado pela sociedade, de um modo geral, a trajetória profissional da Moradora 4 sempre foi sólida. Diferente dos demais entrevistados, ela conseguiu se manter no mercado formal por longos anos de maneira estável. Ela associa isso a facilidade de encontrar empregos na área (trabalho doméstico), onde a relação de contatos entre as colegas contribui:

“É contato! Uma colega liga pra outra, vai avisando! Esse mesmo, de 10 anos, quem arrumou foi minha irmã que trabalhava em um salão, aí a patroa ia lá e precisava de empregada, minha irmã me indicou [...] Graças a Deus eu nunca fico desempregada! Assim, quando eu saio de um, duas, três semanas depois eu consigo outro! É uma área fácil de arranjar trabalho, eu acho” (MORADORA 4, 55 anos).

No que se refere ao trabalho de diarista, as Moradoras 4 e 5 destacam como se dá na prática o funcionamento desse modelo de trabalho doméstico:

“No diarista a gente faz as mesmas coisas, só não tem compromisso de assinar carteira, você vai lá faz o serviço e recebe na hora, aí perguntam quanto você faz pra limpar a casa, você dá o seu valor, eles paga quando chega no final do dia. Na época eu cobrava 70 ou 80 reais” (MORADORA 4, 55 anos).

“As vezes eu tô em casa, ai a pessoa me liga: ‘tá fazendo alguma coisa ai? Não! Quer ganhar um trocadinho aqui, não? Eu tenho aqui 70 reais pra te dá! Hoje mesmo me chamaram” (MORADORA 5, 53 anos).

Enquanto o trabalho doméstico remunerado geralmente vem acompanhado da formalização da atividade e da garantia do salário e os demais direitos trabalhistas, a diarista convive com a instabilidade financeira e empregatícia, tendo em vista a ausência de vínculo e a variedade de valores que são negociados diretamente com o contratante.

Em seu relato, a Moradora 5 enfatiza que o trabalho como diarista tem sido sua principal função ao longo dos anos. A suas primeiras experiências com esse trabalho se deram ainda em sua adolescência, quando ia trabalhar junto com a sua mãe na casa de diversas famílias:

“Eu comecei a trabalhar com 12 pra 13 anos [...] Era bico de lavar roupa, arrumar panela, passar roupa [...] Era diarista, até hoje, nunca trabalhei fixo! Sempre na diária [...] Minha mãe era igual a mim, fazia bico também. Às vezes eu até ia com ela nos biscoates que ela fazia [...] Com 13 anos eu comecei a tomar conta de criança, carregava água de ganho [...] Aí onde a gente morava não era água encanada pra todo mundo, era tipo um chafariz que ficava em frente à minha casa, era água da rua! O pessoal me pagava pra encher os túnel, as coisas; me pagava em cruzeiro, era como se fosse 1 real, 2, depende de quantas latas de água eu levava” (MORADORA 5, 53 anos).

Na fala da moradora, a expressão “água de ganho” chama atenção, pois, assim como o trabalho doméstico, outras atividades se associam às práticas escravagistas do Brasil colonial, como é o caso dos chamados “negros de ganho”. Essa expressão se refere ao trabalho de transporte de determinadas cargas realizado pela população negra, tanto por ex-escravizados quanto ainda escravizados. Em troca de pequenas quantias de dinheiro, muitos utilizam essa atividade como meio de comprar sua própria liberdade. Um grande exemplo dessa prática foi o carregamento de água nas cidades:

A população escravizada era responsável por carregar tudo na cidade [...] Entre as inúmeras atividades exercidas pela população escravizada no Brasil, carregar água era, ao mesmo tempo, uma das mais imprescindíveis e desvalorizadas. Uma casa com torneira era muito rara até meados do século XIX, apenas prédios públicos e alguns religiosos podiam contar com essa regalia. Fosse para levar de graça a água às casas onde viviam, ou para prestar um serviço com um pequeno ganho, homens e mulheres com jarros de água na cabeça faziam parte da paisagem das cidades (Brasiliana Iconográfica, 2023)²⁵.

²⁵ **Brasiliana Iconográfica.** A distribuição de água na cidade do Rio de Janeiro. 2023. Disponível em: [Artigos | Brasiliana Iconográfica](#). Acesso em: 27 de abril de 2025.

Inserida na profissão de diarista, a entrevistada também ressalta que nunca trabalhou de maneira formal, ou seja, nunca assinou sua carteira de trabalho. No entanto, apesar de demonstrar a vontade de se inserir no mercado formal, tendo em vista a estabilidade financeira garantida pelo salário mínimo e todos os direitos previstos, a escassez de oportunidades somada a um problema de saúde fizeram com que ela nunca conseguisse:

“Rapaz, eu faço bico, sempre fiz bico e nunca trabalhei de carteira assinada [...] Eu já pensei em assinar a carteira, é que eu ainda não achei um trabalho fixo, se eu achasse eu ia... e pra completar eu tenho problema de saúde, uma úlcera na perna porque um cachorro me mordeu [...] Eu tomo remédio da úlcera, ele é muito caro, não encontra no SUS... Já tem dois meses que eu não tomo, o médico não passou a receita” (MORADORA 5, 53 anos).

Quando questionada sobre sua renda mensal ao longo do seu tempo de trabalho, ela afirma que antigamente o valor pago pelas diárias eram muito baixos. Apesar do aumento que existe hoje em dia, os clientes ainda costumam reclamar quando é cobrado um valor acima de R\$100, que de acordo com a entrevistada, seria o mais justo:

“Rapaz, naquele tempo eu cobrava 40 a 50 reais, mas hoje eu cobro 80 reais aqui em Castelo Branco, ninguém quer pagar mais que isso, mas o valor mesmo, fora, seria 150 incluindo com o transporte [...] Aqui ninguém paga, não passa de 100 [...] As vezes eu faço em outro bairro, já fui em Pernambués, Barra, Dom Avelar, mas a maior parte é aqui em Castelo Branco [...] Aí tem uns que às vezes quebra o galho e paga 100 reais, mas ainda olha pra minha cara e diz que ta muito” (MORADORA 5, 53 anos).

Como forma de complementar a sua renda, a Moradora 5 conta com o programa Bolsa Família, que está presente em sua vida desde o nascimento de seus filhos. Hoje o valor do benefício foi reduzido, já que apenas um dos seus filhos consta como dependente no cadastro. Além disso, recorre a serviços em eventos festivos que ocorrem na cidade, como o carnaval, onde trabalha como cordeira, e em outros festivais, onde atua na limpeza dos banheiros.

“Eu uso o bolsa família também, desde quando os meus filho era pequeno, mas agora sou eu sozinha [...] Minha renda hoje é 500 reais de diária que eu faço no mês e o bolsa família que no momento tá 600, mas vai abaixar pra 300 e pouco, porque meu filho vai sair do meu cadastro [...] A corda é o quê, você ganha 10 de transporte e 100 reais a diária, duas água, 4 biscoitinho e um refrigerante, todo ano é assim, nunca muda... o dinheiro eu uso pra complementar; pra comprar as coisa da casa, um gás, comida, remédio, entendeu? [...] Eu também trabalho em eventos, nos banheiros [...] Banheiro é mais assim, você fica na porta do banheiro vendendo a quantidade de pessoa que vai entrar e não deixar jogar papel no chão, aí a gente só faz varrer” (MORADORA 5, 53 anos).

Como visto ao longo desse bloco, as condições de trabalho expressas pelos entrevistados mostram inúmeras semelhanças, principalmente no que se refere aos tipos de emprego e as respectivas remunerações. A precarização do trabalho está presente em todas as trajetórias, desde as formas de inserção ao mercado, ao tipo de funções exercidas e aos salários insuficientes para cobrir as necessidades básicas da vida cotidiana.

Os dados constatam um aspecto presente em Salvador. Como se sabe, a cidade é marcada pelo seu desenvolvimento econômico conturbado, resultando em uma enorme massa de trabalhadores e trabalhadoras longe dos empregos formais. Todos os entrevistados, exceto a Moradora 4, têm experienciado ao longo de sua trajetória a situação do desemprego e do trabalho informal como fonte de renda, já que a inserção formal tem sido cada vez mais limitada e concorrida. Assim, para Carvalho (2008, p.110) essa situação também está relacionada diretamente ao problema da urbanização brasileira.

Como se sabe, porém, a urbanização e o desenvolvimento brasileiros vêm se mostrando, historicamente, incapazes de assegurar melhores condições de trabalho e de subsistência para o conjunto da população urbana. Ainda que os referidos processos tenham sido associados a uma expansão e diversificação da estrutura produtiva e ocupacional nas cidades (com a criação de novos empregos em setores como a indústria de transformação, transportes, energia, construção civil, administração pública, finanças, serviços auxiliares à produção e de consumo coletivo), a relação contratual assalariada não chegou a se universalizar. A abundância de mão de-obra e a dimensão do exército de reserva permitiram tanto a compressão salarial como uma coexistência entre o “moderno” e o “tradicional”, com a persistência de relações de trabalho precárias em setores como o pequeno comércio, os serviços pessoais ou as atividades domésticas.

Além disso, problematizações quanto raça, gênero e classe perpassam por todas as falas. No caso dos homens que estão inseridos no campo do trabalho braçal, na construção civil, este discurso está presente no fato de que se assemelham ao período escravista em que homens negros escravizados exerciam trabalhos voltados a força física. Já as mulheres, ambas na área do trabalho doméstico, também expressam atividades vinculadas ao trabalho exercido por mulheres negras escravizadas, pertencendo a um grupo extremamente desvalorizado pela sociedade. Deste modo, todos (as) continuam enfrentando o processo de inferiorização e estereótipos que essas profissões carregam.

Portanto, se constituem como tipos de trabalho “braçais”, sendo os mais desvalorizados na divisão social do trabalho, assumidos pelas classes mais pobres e condicionados à maior exploração. Dessa maneira, estão mais suscetíveis aos impactos das desigualdades sociais. Assim, tanto os homens quanto as mulheres, especialmente as pessoas negras, historicamente estão inseridos nessa realidade, que marca de maneira significativa

suas formas de participação na dinâmica social, fato que repercute com clareza nas falas de todos os entrevistados (as).

3.4. HABITAÇÃO E MORADIA

Ao longo deste trabalho foi enfatizada a importância da apropriação do solo como uma forma de estabilização do capitalismo. Ou seja, a produção do sistema capitalista, além de participar da utilização do espaço de maneira concreta, também constrói e expressa as relações sociais. É nele onde as tensões se manifestam, acompanhando as metamorfoses do tempo e do espaço, sendo um reflexo das contradições próprias desse sistema de produção.

Sendo assim, comprehende-se o espaço enquanto elemento fundamental para a produção e reprodução da vida social e material. Como define Milton Santos (2006), o espaço é constituído por dois tipos de sistemas que se vinculam: sistema de objetos e sistemas de ações. Os objetos dizem respeito a toda materialidade construída socialmente, ele é fruto da ação humana sob a natureza, responsável por dar bases materiais ao espaço da maneira como o conhecemos. Por outro lado, os sistemas de ações representam a capacidade de criar e recriar novos objetos, imputando sentidos e significados a eles. Sendo assim,

[...] Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Santos, 2006, p.39).

Nesse sentido, quando a interação entre sistemas objetos e ações é apropriada pela ótica do capitalismo, a apropriação do solo e as formas de acesso tornam-se cada vez mais restritas, já que o espaço torna-se uma importante ferramenta de exploração, exclusão e dominação. Assim, a mercadorização do solo gera restrição, impactando majoritariamente a população empobrecida, composta pela classe trabalhadora que vive nas periferias das grandes cidades, e enfrenta as mais diversas barreiras estruturais, sociais e econômicas, como é o caso dos moradores entrevistados do bairro de Castelo Branco, em Salvador.

Dessa maneira, pensando nas formas de acesso à moradia, principalmente as formas de ocupação informal do uso do solo, esta seção propõe analisar os aspectos habitacionais e as condições de moradia dos moradores entrevistados. Serão abordados seus processos individuais de ocupação do espaço, as formas de construção da moradia, as limitações

encontradas no cotidiano, como a renda, o acesso a serviços públicos, o saneamento básico e a infraestrutura.

A construção da casa é considerada um momento de enorme preocupação para a maioria dos entrevistados. Dos 5 entrevistados, apenas 1 afirma ter concluído a casa em condições razoavelmente adequadas. Os outros levaram muitos anos para construir suas casas, sendo que alguns consideram inacabadas, constituindo-se em um desenvolvimento que demanda muito tempo, já que tratam-se de autoconstruções, idealizadas e erguidas pelos próprios moradores. Dessa forma, a construção da moradia é um processo que exige uma quantia em dinheiro muito alta tendo em vista os preços dos materiais de construção, além de mobília e itens fundamentais para moradia. Tudo isso é assumido pelo trabalhador, isentando este custo do valor do trabalho pago pelo capitalista.

Como afirma Kowarick (1979, p.57):

No caso da autoconstrução, que na sua finalidade e essência não deve ser entendida como uma forma de poupança, mas enquanto uma solução de subsistência, cria-se um dos elementos a moradia indispensáveis como meio de vida, que acaba por se constituir uma fórmula que rebaixa o custo de reprodução da força de trabalho, permitindo realizar uma extração do excedente econômico apoiada em salários que podem ser constantemente deprimidos.

A dinâmica da produção capitalista, portanto, se vincula com a ideia do mínimo como forma de suprir as “necessidades” dos trabalhadores de maneira paliativa e pouco expressiva. Dessa maneira, o valor conferido ao trabalho está associado principalmente a valorização do lucro mediante a degradação da própria classe trabalhadora, através de trabalhos precarizados, expressos principalmente pelos salários mal pagos que se tornam insuficientes para a reprodução e subsistência da força de trabalho. Assim, a respeito do trabalho assalariado no sistema capitalista Netto e Braz (2006, p.104) destacam:

“[...] é a forma específica do regime a que vivem submetidos os produtores diretos no modo de produção capitalista [...] Do ponto de vista ideológico, aliás, o regime salarial contribui para difundir a falsa ideia, tão cara aos capitalistas, segundo a qual, mediante o salário, os trabalhadores obtêm a remuneração integral do seu trabalho”.

Nesse sentido, a autoconstrução torna-se elemento de interesse ao sistema econômico e as políticas sociais de caráter capitalista, possibilitando que esses agentes se isentem da responsabilização culminando no enfraquecimento dos salários e de investimentos eficazes em habitações de cunho social. Fato que se sustenta sob a noção de que a moradia não seria um bem essencial a ser levado em consideração na composição da renda dos trabalhadores e

trabalhadoras. Sobre isso, todos os entrevistados relataram o fato de terem que recorrer a autoconstrução para ter acesso a moradia:

“Eu não tinha muitas condições, mas a casa foi feita por mim [...] O dinheiro pra construir foi na luta, passo a passo, a gente fazia um vão, deixava o projeto pra seguir pro próximo vão [...] Quando eu me mudei a casa só tinha uma sala, o chão era batido de barro e bloco sem reboco. Devido à situação a gente tinha que passar pra dentro pra sair da casa de favor [...] O dinheiro do primeiro vão foi com os bicos, a gente se apertava e tirava um pouco pra investir na casa [...] A gente passou três anos morando em um vão! Acho que no total foram 6 anos pra chegar na casa como ela é hoje [...] Tudo isso com serviço de bico, empreitada, prestação de serviço autônomo” (MORADOR 1, 53 anos).

“Eu construí minha casa com os bicos, né? Eu fui morar de aluguel na casa do meu ex sogro depois que eu casei com 19 anos. Depois eu consegui o terreno através de um conhecido colega meu, ele passou pra mim, a gente deu um trocado à ele, foi uns 350 reais [...] Primeiro foi casa de madeirite, comprava um pouquinho hoje, um pouco amanhã [...] lá o banheiro a gente fez tipo uma fossa, aí bota o tubo e as coisa cai lá pro esgoto, lá pra baixo [...] Oxe, demorou pra sair do madeirite pro bloco, demorou uns 10 anos! Meus três filhos nasceram no madeirite, quando o último veio eu já tinha construído um vão de bloco [...] Eu não finalizei minha casa ainda, falta muita coisa, é eu sozinha pra fazer, até hoje eu ainda luto pra sobreviver” (MORADORA 5, 53 anos).

“Eu comprei esse terreno na mão de um rapaz, na época foi 800 reais, aí eu comecei a construir devagarinho [...] fiz o quarto e sala, e o banheiro do lado de fora, aí eu passei pra dentro e fui construindo devagar [...] Mas quando entrei pra morar não tinha piso, não tinha porta, não tinha nada [...] Todo dinheiro que eu pegava era pra material e pra comer [...] Meu filho, quando eu comecei a construir aqui, tinha aquele negócio da CONDER, eles ligava pra minha irmã ameaçando derrubar as paredes que já tava levantada, aí eles cobrava 50 reais, 60 reais, que naquela época era dinheiro [...] Pra continuar construindo eu tinha que dá um dinheiro pra eles pra não derrubarem, aí eles ameaçavam derrubar se não desse, aí eu tomava adiantado lá no trabalho e pagava [...] Eles dizia ‘amanhã eu passo aí e tem que me dá tanto’ sumiam um mês ou dois e depois voltava cobrando de novo, mas só parou depois que começou a crescer mais casa por aqui” (MORADORA 4, 55 anos).

Na fala da Moradora 4 ela explicita uma situação criminosa envolvendo um dos principais agentes do Estado da Bahia, responsável pela criação de projetos, políticas e obras voltadas para habitação, mobilidade e outros. O ato de ameaça sob a continuidade da obra de sua casa mediante a determinada quantia em dinheiro foi utilizado como mecanismo de extorsão de agentes públicos.

O que se pode constatar, a partir do relato da entrevistada, é a falta de comprometimento histórico de agentes do estado em de fato responder às necessidades habitacionais dos moradores das periferias. Pelo contrário, em tom ameaçador, por vezes, toma o dinheiro da população empobrecida, se isentando do seu comprometimento enquanto agente público.

A informalidade urbana é um fenômeno que se expressa de diversas formas, também pela ausência de documento de posse da residência, tratando-se de moradias. No entanto, a prática da ocupação irregular se naturalizou em diversas cidades brasileiras, tornando a posse ilegal do espaço apenas mais um dentre os vários problemas que configuram a informalidade urbana. Como destaca Fernandes (2011, p.7): “os assentamentos informais têm gerado cidades fragmentadas e bairros precários, marcados profundamente por diferentes riscos de saúde, segurança, degradação ambiental, poluição e condições sanitárias inadequadas”.

No entanto, nesse aspecto, mesmo que tenham construído a suas casas, os Moradores 3 e 5 não consideram como próprias por não possuírem a documentação legal do imóvel:

“Não vou dizer pra você que é própria não, porque eu não tenho os documentos. É uma invasão, a gente invadiu essa terra, e até hoje não temos documento. Isso prova que a gente não manda em nada” (MORADOR 3, 60 anos).

“Minha casa não tem documentação, mas eu nunca tive problema com justiça, ela é própria e não é, porque não tá no cadastro ainda, né? foi invasão, foi loteamento, entendeu?” (MORADORA 5, 53 anos).

Ainda nessa direção, o Morador 1 destaca a forma como o serviço público vinculadas a ações de desenvolvimento urbano da cidade atuam em determinadas comunidades de ocupação irregular:

“Não, a gente não tem reconhecimento por que esse aqui foi um terreno da CONDER, né? A CONDER é a antiga URBIS, né? Na época que a gente veio pra esse terreno aqui vieram uns fiscais aqui e cadastrou a gente como se fosse uma espécie de invasão. Isso foi em 2008, aí liberaram que a gente fizesse as casas, mas até o dia de hoje não foi entregue documento nenhum pra nós, não existe uma legalidade não, mas eles sabem que a gente existe [...] A CONDER tá pra fazer uma obra aí porque o terreno aqui é acidentado, né? Tem muito barranco, já mediram tudo e tão dando como se o terreno fosse de ninguém, que não tem dono [...] Se a gente falar que é dono não tem como provar que é nosso, eles vão fazer e dizer que é uma contenção feita pro bem da comunidade, agora sem dono, vai passar no fundo da minha casa mas eu não posso dizer que sou o dono do terreno porque não tem como provar que é meu” (MORADOR 1, 53 anos).

Para a maioria dos entrevistados as repercuções da moradia informal, de maneira geral, se expressam através das diversas precariedades encontradas nas comunidades, a exemplo de falta de endereço fixo com comprovante de residência para alguns fins como, acesso ao CRAS, a falta do saneamento básico, de infraestrutura adequada, o acesso a energia e água de forma clandestina, prática popularmente conhecida como “gato”, como salienta um deles:

“Eu já fui barrado do CRAS também porque não tinha comprovante de residência em meu nome. Aí eu fui na igreja católica, que tem um serviço lá que emite um comprovante pra gente, aí ele coloca o CEP da rua mais próxima da gente com o nosso nome e gera um, mas não é em todo lugar que ele é válido, se for uma coisa mais complicada não vão aceitar [...] A gente também não paga IPTU, né? Quem não paga não tem direito [...] Aqui mesmo não tem saneamento básico direito, a gente mesmo foi quem gerou, os vizinhos fizeram uma rede de esgoto [...] Porque não chega? não chega porque a gente não tem a documentação necessária pra poder exigir, entendeu? a gente não consegue, fazer o quê?” (MORADOR 1, 53 anos).

“Aqui não tem esgoto, né? O sonho da gente é descer a rede de esgoto, né?, aqui é uma guerra quando o cano estoura, tem que chamar os vizinhos pra consertar, se tivesse a rede de esgoto era melhor” (MORADORA 4, 55 anos).

“Aqui o esgoto é aberto, ainda é, sempre foi assim [...] As escadaria lá é de barro, não tem corrimão, não tem nada, na verdade lá precisa de muita coisa, viu? Muita gente já caiu nessa escada, eu já caí com minha neta no braço, já bati com a coluna no chão, bati a cara [...] Aqui tem problema de correio, não desce, sempre que dá endereço vai na rua da minha filha que é a principal, lá não desce...lá também é tudo gato, água, luz, tudo gato, eles nunca foram lá resolver! Uma vez foram pra botar, mas os meninos não deixa, a gente rouba da rua mesmo” (MORADORA 5, 53 anos).

Com base em todos os relatos, fica evidente que o acesso à moradia para os (as) entrevistados (as) se deu de maneira similar, onde a ocupação irregular dos espaços vazios do bairro de Castelo Branco, majoritariamente locais precários, com ausência de infraestrutura, serviços e aparato do Estado, se tornaram a via principal para a construção das casas.

A maioria dos entrevistados relatam que a condição financeira sempre foi um grande empecilho no que tange a conquista da moradia, situação que permanece até hoje, já que muitos ainda continuam em processo de construção e em condições de trabalho que não contribuem para o seu avanço.

Nesse sentido, a moradia como uma necessidade social, vincula-se diretamente ao valor pago pelo trabalho, que no caso dos moradores entrevistados, são trabalhos precarizados e socialmente desvalorizados, em sua maioria informal. É dessa realidade que resultam as moradias informais, decorrentes da insuficiência dos rendimentos individuais dos trabalhadores e trabalhadoras, fragilidade do Estado através do aparato de políticas econômicas, urbanas e sociais acerca da resolução das demandas urbanas e habitacionais presentes nas periferias de Salvador.

Para Kowarick (1979, p.59), o problema habitacional é resultado não só da condição de exploração imposta pela relação de trabalho capitalista, mas também pelo processo de espoliação urbana, que de acordo com o autor:

[...] é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.

As limitações e ausência de serviços de consumo coletivo vinculados à exploração pelo trabalho reforçam a precariedade característica das periferias urbanas das grandes cidades, no Brasil. No caso das moradias, quando deixa de ser pensada como bem de consumo fundamental para a reprodução da classe trabalhadora, condiciona essa população a buscar na autoconstrução e nas ocupações irregulares uma possibilidade viável para habitação. Assim, a próxima seção destaca nas falas dos entrevistados suas compreensões acerca da relação trabalho e moradia.

3.5. TRABALHO E MORADIA

A análise das condições de trabalho e a sua relação com a moradia é parte fundamental para compreender a inserção das ocupações informais na periferia de Salvador, em especial no bairro de Castelo Branco. Os argumentos defendidos ao longo deste trabalho sempre estiveram baseados na seguinte premissa: evidenciar como as trajetórias de trabalho dos moradores do bairro contribuíram para o processo de informalidade urbana na qual grande parte da localidade está inserida.

Considerando as condições de moradia relatadas pelos entrevistados, a questão inicial do último bloco voltou-se para compreender a satisfação de cada um deles em relação à comunidade onde vivem, tendo em vista as diversas precariedades apontadas no bloco anterior. Como resultado, apenas um morador expressou o desejo de sair da sua comunidade. Os demais, mesmo demonstrando insatisfação, principalmente pela pouca infraestrutura, como as escadarias e a distância dos comércios e dos equipamentos públicos, manifestaram a vontade de permanecerem no local, como ilustram as falas abaixo:

“Já pensei em morar em outro lugar sim, claro. Aqui onde eu moro é uma situação de uma rua que tem escadaria, você tem que subir isso aí, a gente cansa, né? E também é um lugar que é mais longe de mercado, quando a gente mora mais perto das coisas é melhor, né? Ou seja, não é bem confortável, não chega a ser confortável [...] O posto de saúde daqui da minha casa pra lá tem mais de mil metros, se torna longe, e os mercados também” (MORADOR 1, 53 anos).

“Nunca pensei em morar em outro lugar, nem em outra casa, eu amo esse bairro e essa casa, mesmo ela não estando em condições” (MORADOR 3, 60 anos).

“Eu não, ah eu gosto daqui, gosto da tranquilidade daqui, o que é ruim é a escadaria [...] Outro dia um vizinho sofreu um acidente, ficou de cama e teve que se mudar pra ir pra uma casa que o carro pare na porta, porque pra carregar ele, né?” (MORADORA 4, 55 anos).

Historicamente as periferias brasileiras lutam pelo seu reconhecimento enquanto parte integrante da dinâmica das cidades e, por essa razão, a garantia de direitos fundamentais deve ser assegurada a essa população. No caso do bairro de Castelo Branco, periferia de Salvador, a infraestrutura limitada em diversas comunidades demonstra a ausência e ineficiência do poder público em solucionar problemas estruturais presentes nesses espaços, a exemplo do próprio saneamento básico, discutido anteriormente. Por isso, deve-se levar em consideração a importância da garantia de infraestrutura na cidade como um todo, mas, principalmente, nas áreas mais vulneráveis, onde se torna mais urgente a efetivação de políticas que garantam o bem estar geral.

Nessa direção, a garantia da moradia digna também deve ser levada em consideração. O direito à moradia compõe o grupo de direitos sociais considerados básicos, ele está expresso no Art. 6º da Constituição Federal de 1988 da seguinte forma: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Dessa forma, a habitação e moradia é um direito de todos, por isso deve ser garantida àqueles que necessitarem.

No entanto, as políticas urbanas e habitacionais voltadas a essa demanda são frágeis e pouco eficientes, por isso não tem dado conta de responder às necessidades urgentes. Com base nessa problemática, os entrevistados falaram a respeito da sua condição atual de moradia:

“Bom, aqui na minha casa hoje eu acho que ainda faltam algumas reformas nela, na parte interna e externa, entendeu? É uma casinha boa, mas ainda tem algumas etapas nela que faltam terminar, ela não está 100% terminada, ela está habitável, mas não 100%, entendeu? Falta ainda muita coisa pra ficar aconchegante e ficar em condições digna” (MORADOR 1, 53 anos).

“Eu gostaria de ter uma casa melhor, queria poder fazer uma cobertura [...] A gente não consegue fazer uma reforma pela questão financeira mesmo. Se eu achasse alguém pra me ajudar, eu queria, né [...] Com o dinheiro que eu recebo hoje não tenho condições de fazer nada. Eu até fiz empréstimo no banco pra tentar comprar uns móveis pra casa, uma televisão essas coisas [...] Agora tô devendo 420 reais por mês” (MORADOR 2, 70 anos).

“Não acho que ela seja uma casa confortável, eu preciso de ajuda porque tá na misericórdia que só Deus! [...] Lá só tem lugar de passar e me deitar, o vão é pequeno, eu sou acumulador, as coisas que eu tenho lá é impossível jogar fora. A estrutura da casa é boa, mas precisa de uma reforma, porta nova, uma janela [...]”

“Eu não consigo fazer melhoria nenhuma nela, eu não tenho condições, suporte.. eu gostaria de uma ajuda financeira, alguém que pudesse ver de perto” (MORADOR 3, 60 anos).

“Ah, eu tenho vontade de crescer a casa, terminar de fazer a parte de cima pra o meu filho morar ou pra alugar, eu tenho vontade!!” (MORADORA 4, 55 anos).

“Rapaz! Falta rebocar minha casa, dar um contrapiso, trocar as telhas que tá precisando, muita coisa, muitas coisa mesmo [...] Eu não consigo melhorar, porque é muita coisa pra uma pessoa só e com pouco dinheiro [...] Você sabe, quem tem casa assim tem que pagar pedreiro, a diária do pedreiro é cara, e nunca a gente tem aquele dinheiro, né?” (MORADOR 5, 53 anos).

Como tratado ao longo de toda a escrita, a atuação do capitalismo na dinâmica social e econômica está inserida no espaço urbano, ele infere diretamente no ordenamento das cidades, e pode determinar quem deve ocupar determinados locais. A associação entre as condições de trabalho e moradia é marcada pelas relações de cunho capitalista que se naturalizaram na vida cotidiana, atingidas, de forma significativa, pela fragilidade das políticas públicas e sociais, pelo enfraquecimento dos direitos trabalhistas e pela prevalência de trabalho precarizado condicionando cada vez mais a classe trabalhadora a condições de trabalho insalubres.

A esse respeito, ao final das entrevistas os moradores relataram se consideram que existe uma relação direta entre o seu trabalho e renda com a sua condição de moradia:

“Quanto menos dinheiro tem menos coisas você pode fazer, né? e minha condições financeiras hoje do meu trabalho impacta sim na minha moradia [...] Por exemplo, eu tenho aqui algumas frentes de obra para reformar e não consigo porque o dinheiro do meu trabalho, não dá [...] Ou bem comer ou bem fazer a obra, entendeu? Aí a gente opta por se alimentar, né? e a obra vai ficando em segundo plano, então afeta sim, e muito [...] Se eu fosse uma pessoa que tivesse registro de emprego, aí sempre, poderia fazer uma base e ir arrumando a casa com mais rapidez [...] Um salário mínimo não seria suficiente, com esse salário não se faz nada a não ser se alimentar” (MORADOR 1, 53 anos).

“Eu amo o lugar que eu moro, mas em termos de melhoria é impossível, porque se um pacote de café tá 20 e um pacote de cimento é 40, como é que pode? O meu salário vai interferir em tudo, né? Na minha maneira de viver, o baixo salário, baixa moradia, baixo rendimento, baixo tudo, baixo reconhecimento no trabalho baixo reconhecimento da sociedade [...] Hoje eu sou impossibilitado de receber um parente na minha casa, não tem espaço, mal dá pra eu me locomover, o dinheiro que eu recebo é só bolsa família só pra comer, eu tô abaixo da pobreza, não tenho vergonha de dizer não, mas eu não me entrego” (MORADOR 3, 60 anos).

“Eu consigo fazer alguma reforma, mas com um salário mínimo da gente se você não fechar o olho, você não consegue ter nada [...] Eu não deixo de comer, mas não compro um sapato, uma roupa, uma televisão, uma coisa assim pra investir na casa, pra melhorar [...] Pra você fazer alguma coisa, ainda mais ganhando salário mínimo, sozinha, porque quando você tem um marido, os dois trabalhando, é mais fácil [...] Quando você é sozinha daquele salário mínimo você melhorar sua casa é meio complicado, mas se não for assim você não consegue, é luta meu filho” (MORADORA 4, 55 anos).

“Sim, é como eu tô lhe dizendo, na verdade eu não sei nem por onde começar [...] É dificuldade das coisas, né? As coisas tudo caro, quando você vai num mercado você pega 100 reais e volta sem um tostão na mão [...] Quanto é uma porta, uma janela? entendeu? Aquele dinheiro que pega ali, não dá pra você comprar, o dinheiro é mais é pra comer [...] É, o problema é o custo financeiro, o dinheiro eu queria ter mais do que isso, pra ajeitar como eu quero a minha casa, o problema é o custo, o dinheiro não contribui, não é?” (MORADORA 5, 53 anos).

Com base nos resultados e análises expostas ao longo deste capítulo, fica evidente a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos. A excessiva valorização por esta prática lhe confere importância em diversos aspectos da vida cotidiana. É a partir do trabalho mediado pelo salário que a classe trabalhadora, no capitalismo, pode alcançar determinados espaços, acessar bens de toda espécie, se inserir nos espaços mais valorizados da cidade que deveriam ser de todos.

O último censo do IBGE (2022)²⁶ constatou que as pessoas negras representavam 80,8% da população do Estado da Bahia. Mas é também a população negra que pertence à maior taxa de desocupadas, chegando a 15%, sendo 11,5% entre as pessoas brancas. Além disso, das pessoas ocupadas, 53,5% atuam em trabalhos informais, atingindo 54,1% para pessoas negras e 50% brancas. Assim como os dados do censo, a fala dos entrevistados nessa pesquisa revelou a exclusão histórica da população negra, não só dos postos de trabalho, mas também de qualquer possibilidade de avanço social de maneira igualitária.

Nesse sentido, a moradia como um bem material fundamental, torna-se resultado do processo de monetização e capitalização da vida cotidiana. Assim, o solo urbano como moeda de troca impede os trabalhadores e trabalhadoras negros e pobres de acessarem determinados espaços, restando para essa população as ocupações irregulares nas periferias da cidade, construindo uma segregação histórica entre as moradias das periferias e as dos centros e litorais urbanos. Como salienta Panta (2020, p.90) “a segregação é uma realidade atual que reforça a continuidade de um modelo de urbanização marginalizante, no qual o negro é o grupo social mais preterido”.

Especialmente a respeito da cidade de Salvador, Carvalho e Arantes (2021, p.56) também associam a precariedade habitacional a raça:

²⁶ As informações foram levantadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), tendo por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2022. Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4013:bahia-e-o-estado-mais-negro-do-brasil-com-80-8-da-populacao-prepara&catid=8&Itemid=565&lang=pt#:~:text=A%20realidade%20se%20mostrou%20ainda;brancos%20\(8%2C6%25\)](https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4013:bahia-e-o-estado-mais-negro-do-brasil-com-80-8-da-populacao-prepara&catid=8&Itemid=565&lang=pt#:~:text=A%20realidade%20se%20mostrou%20ainda;brancos%20(8%2C6%25)). Acesso em: 23 de maio de 2025.

Entre as características da capital baiana estão o seu restrito desenvolvimento econômico e a dimensão dos seus problemas sociais, baixos níveis educacionais, carência habitacional, precariedade ocupacional, desemprego e pobreza que atingem uma grande parcela dos seus moradores, penalizando especialmente os negros [...].

Portanto, assim como em diversas cidades brasileiras, Salvador é uma grande representante dessa realidade. Como já salientado anteriormente, a cidade é composta por uma população majoritariamente negra, a qual é marcada pela exclusão social e uma clara segregação, se constituindo na maioria dos moradores das periferias, residindo em moradias informais, e sujeitas à trabalhos pouco reconhecidos e mal pagos, a exemplo do bairro de Castelo Branco, pertencente ao vetor periférico do “miolo” da cidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo evidenciar de forma concreta a relação direta entre os aspectos do trabalho e da renda e a realidade da informalidade urbana, tendo a ocupação informal como alternativa à moradia no bairro de Castelo Branco, localizado no vetor periférico do “miolo”, original da cidade de Salvador. Desse modo, a pesquisa bibliográfica situada no primeiro capítulo discute os aspectos contextuais e conceituais acerca do objeto de estudo. Já o trabalho de campo foi igualmente fundamental ao considerar o conhecimento empírico dos moradores, captado em seus relatos durante as entrevistas, aliado às análises teóricas que promoveram discussões pertinentes garantindo maior compreensão do fenômeno da informalidade urbana presente nas periferias da capital baiana.

Mediante as discussões teóricas a respeito das categorias centrais que permeiam o objeto, foram levantadas pautas relevantes como: a instauração capitalista e suas formas de opressão, tanto pela apropriação do espaço urbano e sua comercialização, quanto a exploração da classe trabalhadora e a manutenção das desigualdades sociais como mecanismo eficaz para o seu funcionamento. A informalidade urbana como um dos conceitos que definem a precariedade da moradia e do processo de ocupação irregular do solo que, no contexto das cidades brasileiras, carrega consigo a marca do período colonial, responsável pelas mais diversas formas de exclusão e exploração do povo negro no Brasil.

O alicerce da fundamentação teórica, utilizando-se do método histórico-crítico, foi um importante suporte para desvelar os fundamentos e características do objeto de estudo. Desse modo, a partir do movimento dialético, visando a compreensão histórica das ações que

constituem a gênese da desigualdade social, foi possível elencar elementos que garantiram as bases para as análises de dados coletados em campo.

Assim, como evidenciado no percurso bibliográfico, foi possível apreender os aspectos particulares da formação econômica e urbana de Salvador, onde Castelo Branco se destaca como um bairro pertencente à periferia da cidade, e que passou por um intenso processo de ocupação informal a partir da necessidade de moradia colocada pela classe trabalhadora local. A partir dessa realidade, a fim de perceber os impactos entre a relação das condições de trabalho e renda e as moradias precárias, o trabalho de campo foi essencial para responder os questionamentos da pesquisa e de seu objetivo geral.

A partir da análise das trajetórias de trabalho e das condições de moradia dos entrevistados, constatou-se que a inserção dessa população nos postos de trabalho se deu igualmente de maneira precarizada. O subemprego permaneceu como única forma de renda para os moradores de Castelo Branco, empregos estes considerados desvalorizados, resultando em baixos salários, frente às necessidades reais construídas historicamente. Fato que se expressa por meio das condições de moradia desses trabalhadores e trabalhadoras, onde o processo de ocupação do espaço urbano se deu de maneira precária para todos, resultando em moradias autoconstruídas situadas em locais penalizados pela ausência de infraestrutura adequada e acesso a serviços sociais. Deste modo, os moradores e moradoras de Castelo Branco parecem estar distantes de possibilidades reais de superação desta realidade, dado o processo histórico ao qual foram submetidos, e a perpetuação das desigualdades sociais impostas de maneira concreta a essa população.

Soma-se a isso o fato de que a amostra é composta majoritariamente por pessoas negras, onde os homens estão inseridos na área da construção civil e as mulheres no trabalho doméstico. Esse dado se torna de extrema relevância quando pensamos o lugar de subserviência a qual as pessoas negras foram submetidas ao longo da sua história, o que repercute até os dias de hoje com a manutenção das práticas racistas presentes nas instituições e na vida cotidiana, com repercuções no mundo do trabalho. Não é atoa que, no caso desses moradores, empurrados para as periferias da cidade de Salvador, tiveram suas vidas marcadas por diversas lutas: dificuldade de inserção no mercado de trabalho, luta pela construção de suas moradias e a preocupação constante com o sustento das suas famílias.

Sendo assim, a relação intrínseca entre as condições de renda e moradia deve ser percebida para além das determinações econômicas, pois, apesar de se tratar de uma categoria significativa, ela não comprehende a totalidade da realidade brasileira. Nesse sentido, a raça se coloca como uma questão central para compreensão da precariedade das moradias no Brasil,

já que esta continua sendo a maior parcela da população que está alocada em espaços menos valorizados socialmente e economicamente.

Dessa forma, a constituição do “miolo” é parte de um processo desigual e excludente, que afeta de maneira significativa a classe trabalhadora periférica, em especial a população negra da cidade de Salvador. A insuficiência de políticas sociais voltadas para a superação do déficit habitacional, historicamente reforçam a configuração desigual do espaço, das definições dos postos de trabalho, locais de moradia, a manutenção do racismo e outras formas de precarização da vida.

Com isso a pesquisa se depara com aspectos que são estruturantes da nossa sociedade e que por isso a resolução total ou parcial da desigualdade habitacional, marcada pela segregação histórica em Salvador, deve ser enfrentada de maneira contundente. Assim as inquietações dos moradores das periferias podem propiciar maior organização entre esses grupos, a fim de propor lutas coletivas, levando em consideração as demandas de cada localidade, como estratégia para enfrentar a estrutura desigual existente e pela incapacidade do Estado em atender às demandas reais dessas localidades, como é o caso da precariedade das moradias via ocupações informais.

Por outro lado, é possível afirmar que as análises propostas durante todo esse trabalho contribuíram de maneira significativa para a apreensão do debate da informalidade urbana como um fenômeno da precariedade das moradias presentes na cidade de Salvador, dando ênfase para um bairro pouco lembrado.

Portanto, a continuidade de estudos acadêmicos voltados para essa temática se mostra relevante, especialmente para maior compreensão do contexto do desenvolvimento urbano e econômico da cidade de Salvador, e a maneira como grande parte da sua população ao longo da história tem recorrido às ocupações informais como forma de habitar. Com isso, considera-se que os resultados alcançados aqui, possam contribuir para alimentar as discussões a respeito dessa realidade e que possam evidenciar a grande relevância das comunidades periféricas soteropolitanas, historicamente condicionadas as mais diversas formas de precariedade, como é o caso do bairro de Castelo Branco.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALMEIDA, P. H. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (Org.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- ANDRADE, A. B. ; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro . **Geografia de Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.
- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. **Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências**. Porto Alegre: ANTAC, 2007.
- BARRETO, T.R. **O “Sem Emprego” na condição de “Sem Teto”: a negação do emprego e do consumo para trabalhadores precários e a sua resistência enquanto movimento classista - o caso do MSTB**. 2014 (Tese de Doutorado).
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasilia: MCidades/SNH, 2010.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo . **A Miragem: notas sobre a ideologia no planejamento urbano**. Planejamento , Salvador, v. 6, n.1, p. 7-13, 1978.
- _____, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, L. do P. (org.). **Habitação em questão**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 125-142.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BORGES, Ângela. Reestruturação produtiva e trabalho na Região Metropolitana de Salvador: a construção de um novo patamar de precariedade. **Cadernos Metrópole**, n. 14, 2005.
- BORGES, Nathália Silva. Novos (velhos) dilemas das ações afirmativas: heteroidentificação e classificação racial no Brasil. **Temporalis**, v. 22, n. 47, p. 138–149, 2024.
- CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. EDUFBA, 2008.
- _____, I. M. M. de; BORGES, A. M de C. A Região Metropolitana de Salvador na transição econômica: estrutura produtiva e mercado de trabalho. In: CARVALHO, I. M. M. de; PEREIRA, G. C. (Ed.). **Salvador: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2014.

_____, I.M.M.; ALMEIDA, P.A.; AZEVEDO, J.S.G. Reestruturação produtiva e estrutura social metropolitana em Salvador. In: RIBEIRO, A. T. (org.) **El rostro urbano de América Latina**. p. 161-189. CLACSO: Buenos Aires, Argentina, 2004.

_____, I. M. M de; ARANTES, Rafael. **“Cada qual no seu quadrado” Segregação socioespacial e desigualdades raciais na Salvador contemporânea**. EURE (Santiago), v. 47, n. 142, p. 49-72, 2021.

COSTA, C. L. **Dinâmica espacial e qualidade de vida no bairro de Castelo Branco em Salvador - Ba**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, 2018.

_____, C. L. ; SILVA, A. L. A. ; MELLO, M. M. C. . Periferização do miolo de uma grande metrópole: Um olhar a partir do bairro de Castelo Branco em Salvador - BA. **REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁPICO E HISTÓRICO DA BAHIA** , v. 114, p. 61-76, 2019.

COCKELL, Fernanda Flávia; PERTICARRARI, Daniel. Contratos de boca: a institucionalização da precariedade na construção civil. **Caderno CRH (UFBA. Impresso)** , v. 23, p. 633-653, 2010.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Mapa de Salvador. **Cadernos do LOGEPA**, v. 4, n. 1, p.39-46, 2005.

_____. **Painel de Informações: Dados Socioeconômicos do Município de Salvador por Bairros e Prefeituras-Bairros**. 5. ed. Salvador: CONDER, 2016.

DRUCK, Graça. **Trabalho, Precarização e Resistências: novos e velhos desafios?** In: Caderno CRH, Salvador, v.24, n. spe 01.p.37-57, 2011.

FERNANDES, Rosali Braga. **PROCESSOS RECENTES DE URBANIZAÇÃO/SEGREGAÇÃO EM SALVADOR: O MIOLO, REGIÃO POPULAR E ESTRATÉGICA DA CIDADE**. In: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales (Serie documental de Geo Crítica) Universidad de Barcelona, 2004.

_____, Rosali Braga; REGINA, Maria Emilia. A Segregação Residencial em Salvador no Contexto do Miolo da Cidade. **Cadernos do LONGEPA**, Vol 4, n 1. p.39-46, 2005.

FERNANDES, E. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina**. Lincoln Institute of Land Policy. Cambridge, MA 02138-3400 EUA, 2011.

FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicología & Sociedad**, [S.l.], v. 32, p. e200019, 2020.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em capitais antigas: Salvador, cidade D’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORDILHO-SOUZA, Angela. Intervenções recentes em habitação, Salvador-BA. In: **Anais do Seminário de Avaliação de Projetos IPT em Habitação e Meio Ambiente: assentamentos urbanos precários**. 2005.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafine, 2001.

_____, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Editora Paz e Terra, 1979.

LUCIANO, F., & Mello, M. A questão da moradia na redemocratização do estado brasileiro. **Élisée - Revista De Geografia Da UEG**, 8(2), e82194. 2019.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____, Ermínia. A nova política nacional de habitação. **O Valor**, v. 24, 2005.

_____, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, p. 151-166, 2003.

_____, Ermínia. **Conhecer para resolver a cidade ilegal**. In: Leonardo Barci Castriota (org.). **Urbanização Brasileira – Redescobertas**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003, p. 78-96.

_____, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**. Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

_____, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2.ed. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

MARX, Karl. **O CAPITAL: Crítica da Economia Política**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Frederico A. R. **A estratégia de localização dos conjuntos habitacionais da URBIS em Salvador, entre 1964 e 1984**. Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 2, n. 2, p. 61-83, jul. 1989.

MENDES, V. M. O. **A problemática do desenvolvimento em Salvador :análise dos planos e práticas da segunda metade do século XX (1950-2000)**. Tese de Doutorado, 2006.

MENEZES, J. M. F. SANTOS FILHO, Juvino Alves . O pós-Abolição na Bahia: Educação e Construção da Vida Livre. In: Nascimento, Antonio Dias e Hertkovsky, Tânia. (Org.). **Memória e Formação de professores**. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2007, v. único, p. 17-42.

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Editora Vozes: Petrópolis, 2016.

MONTENEGRO, C. V.; MELO, M. C. **CAPITALISMO E QUESTÃO SOCIAL**. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 13–24, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1820>. Acesso em: nov. 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2006.

_____, José Paulo. Cinco notas a propósito de la “cuestión social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

NUNES, Débora. Bairros populares de Salvador. Caminhamos para intervenções mais democráticas?. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 1999, Campinas. **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 1999.

OLIVEIRA, Suzana Dias Rabelo de. **A informalidade como alternativa à moradia na cidade: por que ela é, mas não deve ser?**. Tese (Doutorado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PANTA, Mariana. **População Negra e o Direito à Cidade: interfaces entre raça e espaço urbano no Brasil**. Acervo, 33(1): 79-100, 2020.

PEREIRA, G.C. Habitação e infra-estrutura urbana em Salvador e região metropolitana. In: **Como anda Salvador e sua região metropolitana**. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

RUBIN, Graziela Rossatto; BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36, n. 2, p. 201-2013, 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; v. 1).

_____, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador**. São Paulo/Salvador: EDUSP/EDUFBA, 2008.

SANTOS, A. M. S. P. Política urbana no Brasil: a difícil regulação de uma urbanização periférica. **Geo UERJ**, v. 36, p.1-25, 2020.

SANTOS, D. S. A busca por uma “cidade certa”: processos reguladores e homogeneizantes na cidade do Salvador (1940-1950). **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 11, n. 01, p. 01–31, 2017.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**.. São Paulo: Cortez, 2007.

SALVADOR. **Prefeitura Municipal de Salvador**. Coordenação de Desenvolvimento Social (CDS). Caderno de Informativo dos bairros de baixa renda – Castelo Branco, Salvador, 1981.

SALVADOR. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador; Secretaria de Planejamento Municipal. **Plano de Ocupação para a Área do Miolo de Salvador**. Salvador, 1985.

SOARES, A. M. . Territorializações e Pobreza em Salvador- BA. **Estudos Geográficos** (UNESP) , v. 4, p. 17-30, 2006.

_____, A. M. . **A Inserção de Conjuntos Habitacionais Populares no Tecido Urbano de Salvador – BA**. 2007.

_____, A. M. . Cidade Revelada: pobreza urbana em Salvador. **Revista Geografias** (UFMG) , v. 5, p. 83-96, 2009.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

APÊNDICE

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO I - PERFIL DOS MORADORES

- 1) idade;
- 2) raça/cor;
- 3) gênero;
- 4) configuração familiar;
- 5) quanto tempo mora no bairro.

BLOCO II - TRABALHO E RENDA

- 1) Quantos empregos já teve ao longo do tempo morando no bairro;
- 2) Onde foram os empregos ao longo desse tempo? (empresas, trabalho informal, comércio e etc.);
- 3) Qual cargo/função exercia em empregos anteriores?;
- 4) Realizou algum tipo de capacitação profissional a fim de aprimorar seus conhecimentos e habilidades? (cursos e outros);
- 5) Quais as faixas salariais dos empregos?;
- 6) Está empregado atualmente? no quê?;
- 7) Local de trabalho, cargo/função e faixa salarial atual?;
- 8) As experiências nos diferentes postos de trabalho foram suficientes para elevar sua faixa salarial?

BLOCO III - HABITAÇÃO E MORADIA

- 1) Tempo em que vive na comunidade;
- 2) Já morou em outras comunidades do bairro de castelo?;
- 3) Mora em casa própria? aluguel? de favor?;
- 4) Como e quando foi construída a casa? processo de construção;
- 5) A moradia é registrada em cartório, existe algum tipo de documentação legal em nome do/da proprietário/a?;
- 6) Caso não tenha documentação formalizada do imovel, já foi barrado ao tentar acessar algum serviço público pela ausência de documentação legal da moradia e terreno?;
- 7) Serviços sociais básicos chegam a comunidade?

BLOCO IV - RELAÇÃO TRABALHO E MORADIA

- 1) Você já pensou em morar em outro lugar? qual? quais os empecilhos?;
- 2) O que você acha que falta hoje em sua casa para que lhe proporcione uma condição de moradia confortável?;
- 3) Tem sido possível investir em reformas ou melhorias em sua residência?;
- 4) Você acredita que sua condição de trabalho reflete na sua condição de moradia?